

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo recua e mantém isenção para encomendas 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por que é difícil fiscalizar transações no comércio eletrônico - MERCADO S/A 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restituição será paga antes a quem enviar o IR até dia 10 de maio 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisão mostra como será difícil elevar arrecadação 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita regulamenta uso de fiança e seguro garantia 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ permite cobrança de IR e Cide sobre ligação internacional 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNA, CNT e CNC se unem contra alíquota única de imposto para bens e serviços - CAPITAL
S/A 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta de novo marco fiscal chega ao Congresso 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que regra pode ser aprovada até o dia 10, mesmo sem base na Câmara 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que faltou dizer sobre o arcabouço fiscal (Artigo) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investidor mantém cautela de olho no fiscal 22

FOLHA ONLINE - SP - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Que imposto é esse (Marcos Ferrari) 23

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

A classe média sem pai nem mãe 24

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apesar do recuo de Lula, Fazenda não desistiu de restringir vendas de Shein e Shopee
..... 26

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo acredita que o arcabouço será aprovado e que a maior negociação será sobre o espaço para gastos 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai deixar comida mais cara? Entenda o que está em jogo 29

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço é crucial para Lula, mas depende de milagre no aumento da receita 31

RÁDIO CBN BRASÍLIA FM 95,3 - DF - CBN BRASÍLIA - MANHÃ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrevista com Reginaldo Lopes, deputado federal e coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária na Câmara 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo divulga regra fiscal menos rígida 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Outra revolta contra impostos - VINICIUS TORRES FREIRE 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As boas notícias da economia dos EUA 38

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Arcabouço fiscal é insuficiente para zerar déficit (Editorial) 40

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não faz sentido subsidiar gasodutos com dinheiro da estatal do pré-sal (Editorial) 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Investimentos em estatais ficam fora de limite de gastos 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dividendos e concessões são excluídos do cálculo de receitas de arcabouço 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa sobe 0,14%, e dólar avança 0,81%, a R\$ 4,976 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Em caso de descumprimento, presidente terá de se explicar ao Congresso 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB da China sobe 4,5% no primeiro trimestre 49

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Projeto desperta reações mistas nos economistas, com críticas ao número elevado de exceções	50
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Lula veta taxaço de compras de até US\$ 50 por pessoa física (Editorial)	52
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
O futuro dos juros é um enigma (Artigo)	54
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Google e Meta apostam em IA na Ásia	57

Governo recua e mantém isenção para encomendas



Loja em Singapura da Shein, uma das empresas mais procuradas pelos brasileiros para encomendas. Chen Lin - 18 out. 22/Reuters

Nathalia Garcia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (18) que o governo não vai mais acabar com a isenção do imposto de importação para encomendas de até US\$ 50 (R\$ 247) remetidas por pessoas físicas e destinadas também a pessoas físicas.

Em entrevista a jornalistas, Haddad afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu que a equipe econômica desistisse da proposta e buscasse uma solução administrativa para combater a sonegação de **impostos** no comércio eletrônico.

"O presidente pediu para tentar resolver isso administrativamente, usar o poder de fiscalização da **Receita Federal** sem a necessidade de mudar a regra atual. Estava gerando confusão de que isso poderia prejudicar as pessoas que, de boa-fé, recebem encomendas do exterior até esse patamar, que é uma regra antiga", afirmou.

Haddad disse mais tarde que o governo deve propor em maio uma solução administrativa para endurecer o combate à sonegação fiscal, em substituição ao fim da isenção.

"Em relação à pessoa física, o presidente pediu para não alterar a regra mesmo que isso signifique um custo mais elevado de fiscalização. Eles estão usando uma brecha para burlar a lei, a Receita queria fechar essa brecha", acrescentou.

Na véspera, Lula convocou uma reunião no Palácio da Alvorada para discutir o assunto. O Ministério da Fazenda foi representado pelos secretários Gabriel Galípolo e Robinson Barreirinhas (**Receita Federal**), além de Haddad.

A medida gerou repercussão negativa nas redes sociais depois de ter sido anunciada pelo Ministério da Fazenda diante da possibilidade de aumento nos preços de produtos comercializados por plataformas internacionais, principalmente varejistas asiáticas, como AliExpress, Shein e Shopee.

A decisão da Fazenda de equiparar as regras para pessoas físicas e jurídicas tinha como objetivo fechar o cerco a empresas estrangeiras que se utilizam de brecha na legislação brasileira para vender produtos importados sem pagar imposto. De acordo com Haddad, uma companhia específica (sem citar nome) estaria burlando a regra.

O ministro disse ter se encontrado presencialmente com representantes da AliExpress, além de ter recebido uma carta em nome da Shopee, apoiado a regulação "nos termos do que o Ministério da Fazenda pretende". "Eles não querem se confundir com quem está cometendo crime tributário", disse. Haddad afirmou não ter sido procurado até o momento pela Shein.

"A mais recente política anunciada sobre imposto de importação de produtos de baixo valor está totalmente alinhada com a missão da Shopee de promover produtos locais e o empreendedorismo. Apoiamos totalmente esta decisão", afirmou Gang Ye, cofundador e diretor global de Operações do Grupo Sea, controlador da Shoppe, em carta endereçada a Haddad.

Para aumentar a fiscalização, a **Receita Federal** vai prever a obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação, identificando exportador e importador, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos.

Na segunda-feira (17), antes do encontro com Lula, o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, havia dito que o governo não iria voltar atrás na decisão.

"Há uma tributação hoje e ela não está sendo

efetivada. A **Receita Federal** já está tomando medidas em relação à efetivação dessa legislação atual e as propostas que estamos indicando e deverão ser anunciadas muito em breve se referem a instrumentalizar a **Receita Federal** para fazer valer a lei que já existe hoje", afirmou Barreirinhas na véspera.

Nesta terça, Haddad disse ter conversado também com o presidente da Confederação Nacional do Comércio [José Roberto Tadros] e com CEOs de redes de varejo sobre o tema. Segundo o ministro, há uma preocupação com a "concorrência desleal".

Segundo varejistas nacionais, as concorrentes asiáticas não são tributadas em pé de igualdade com a concorrência local. Enquanto empresas brasileiras estão sujeitas a cobrança de **impostos** ao longo da cadeia de produção, as plataformas estrangeiras estariam usando o benefício de isenção de trocas entre pessoas físicas para evitar o imposto de importação (o que tornaria o produto local mais caro).

Empresários brasileiros alegam também que, quando um cliente compra diversos produtos que ultrapassam o valor de isenção, as plataformas costumam dividir as encomendas e entregá-las em diversos pacotes para evitar o imposto. Há ainda a suspeita de que as mercadorias sejam declaradas por um valor inferior para não ultrapassar o limite.

O titular da Fazenda disse que o governo está estudando as práticas adotadas em outros países para dificultar fraudes. As ideias vão ser analisadas do ponto de vista prático por um grupo de trabalho, segundo Haddad.

O ministro reconhece que a expectativa de arrecadação de R\$ 8 bilhões ao ano com a medida, que incluía o fim da isenção do imposto de importação nas transações entre pessoas físicas, pode ser reduzida.

"Isso [a estimativa de arrecadação de R\$ 8 bilhões] vai depender desse grupo de estudo que foi formado hoje [terça] para averiguar o que acontece na Europa, nos EUA e na China para coibir a fraude. Nós entendemos que vamos conseguir coibir a fraude administrativamente, vamos precisar de um pouco mais de tempo para verificar qual é o caminho de combater isso, que se tornou mais difícil", disse.

Decisão vem após pressão de janja e veto do presidente

A decisão do presidente Lula de retomar a isenção das remessas internacionais de até US\$ 50 teve como pano de fundo a recusa do mandatário de penalizar a camada mais pobre, além de uma dose de pressão da

primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a manutenção da isenção havia sido uma determinação do presidente Lula. O mandatário esteve reunido na noite anterior com a equipe econômica no Palácio da Alvorada.

Durante o encontro, Lula reclamou que o fim da isenção atingiria a população de baixa renda e classe média-baixa, principais grupos consumidores de produtos de plataformas como a Shopee e Shein.

Também foi apontado que setores de renda mais alta podem viajar ao exterior para efetuar suas compras de produtos importados, com uma cota de até US\$ 1.000.

Lula se indignou com o fato de que uma nova medida havia sido anunciada sem que tivesse o aval da Casa Civil da Presidência, provocando desgastes ao governo, que precisaria recuar na sequência. Em uma reunião ministerial, Lula já havia reclamado de ministros divulgarem "genialidades" sem consultar o Planalto.

O fim da isenção havia sido divulgado pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, em entrevista. A Fazenda depois passou a confirmar a informação.

O encontro aconteceu no primeiro dia de trabalho de Lula após retornar de viagem oficial à China. O mandatário tinha noção que a medida havia sido mal recebida, mas não tinha a dimensão de que se tratava de um dos piores desgastes sofridos pelo governo.

Um dos termômetros do presidente havia sido a própria janja, que passou a ser invocada por usuários nas redes sociais, críticos à medida, para comentar o tema. Segundo aliados, Janja teve influência no recuo de Lula.

Ela chegou até a se posicionar sobre o tema: "Amigo, total errada essa matéria. Tô aqui no avião com o ministro Haddad que me explicou direitinho essa história da taxaço. Se trata de combater sonegação das empresas e não taxar as pessoas de compram", escreveu no T Witter.

Em outro post, afirmou de forma errônea que "a taxaço é para empresas e não para consumidores".

A Secretaria de Comunicação da Presidência preparou dois relatórios, que mostravam os desgastes sofridos pelo governo por causa do fim da isenção e também com as falas de Lula referentes à guerra entre Rússia e Ucrânia.

O documento foi apresentado durante a reunião de Lula com a equipe econômica. Haddad então comunicou que pensaria em uma forma de rever a medida, que seria anunciada no dia seguinte.

Dessa forma, o governo apostou em encerrar as duas pequenas crises e fontes de desgaste. Pararia de sofrer o desgaste com o fim da isenção para compras internacionais, ao mesmo tempo em que tiraria o foco da polêmica posição brasileira sobre o conflito. Catia Seabra. MII, RM e Victoria Azevedo

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50251&maxTouch=0&_ga=2.23236602.1767190655.1681885383-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Por que é difícil fiscalizar transações no comércio eletrônico - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Depois de ser pressionado pelo presidente Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desistiu da ideia de acabar com a isenção de **impostos** sobre encomendas internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250), desde que a troca comercial seja feita entre pessoas físicas. Haddad esperava arrecadar algo como R\$ 8 bilhões com a medida, mas isso obviamente não ocorrerá. Para evitar que pessoas jurídicas obtenham o benefício fiscal, o ministro disse que a **Receita Federal** intensificará as fiscalizações. Isso é muito difícil. Todos os dias, centenas de milhares de transações são feitas nessas plataformas. Seria preciso mobilizar uma equipe imensa de

profissionais da Receita para acompanhar as operações - algo que, convenhamos, parece impossível. A realidade é que o governo voltou à estaca zero após a repercussão negativa da proposta, o que só mostra a falta de convicção em seus projetos na área econômica.

Mais um acidente fatal com carros autônomos da Tesla

Há, pelo menos, cinco anos os fanáticos por inovações asseguram que os carros autônomos se tornarão onipresentes nas estradas do mundo inteiro. O futuro chegou, mas os veículos capazes de se locomover sem interferência humana são um fiasco completo. A Tesla revelou às autoridades americanas mais um acidente fatal envolvendo carros desse tipo. Eles provocaram 17 mortes desde junho de 2021. O que deu errado? Uma explicação óbvia é a dificuldade para criar sistemas 100% seguros, algo ainda distante.

Samsung supera Apple na briga pelo mercado de smartphones

Samsung e Apple mantêm briga acirrada pela liderança global do mercado de smartphones. No primeiro trimestre do ano, segundo dados apresentados pela empresa de análise Canalis, a sul-coreana viu sua participação crescer para 22%, roubando assim a ponta da americana Apple, que passou a deter 21% das vendas. Enquanto as duas brigam pelo topo, a chinesa Xiaomi começa a representar uma ameaça, com uma fatia de 11%. O setor está em queda. De janeiro a março, as remessas globais caíram 12%.

Com acordo, Brasil poderá vender proteína processada para a China

Diversos acordos comerciais na área do agronegócio foram assinados pelos governos do Brasil e da China durante a visita oficial de Lula ao país asiático, mas um em especial animou o setor. Com a assinatura de um protocolo entre as duas nações, os exportadores brasileiros poderão vender proteína processada para a China. A proteína processada de aves e suínos inclui a farinha de carne, ossos, sangue e penas e é utilizada na fabricação de ração para a alimentação de animais.

Rapidinhas » A plataforma Deck4 encerra amanhã as

inscrições para o seu curso de tripulantes de cruzeiros marítimos. O projeto é voltado para pessoas que tenham entre 18 e 48 anos. Trata-se de uma oportunidade de carreira: os salários variam de R\$ 4,5 mil a R\$ 15 mil, a depender do nível hierárquico. As inscrições são feitas no site deck4.com.br/jovenstripulantes.

» Em outubro do ano passado, Elon Musk comprou o Twitter por US\$ 44 bilhões com a promessa de transformá-lo na maior rede social do mundo. Seis meses depois, e com a debandada de usuários, Musk admitiu a possibilidade de vender a plataforma. Mas ele quer alguém que "esteja engajado pela liberdade de expressão."

» Não está fácil para o setor aéreo retomar os níveis pré-pandemia. No primeiro trimestre de 2023, o aeroporto internacional de Guarulhos (SP), o mais movimentado do país, recebeu 9,7 milhões de passageiros, um salto de 24,6% em relação ao mesmo período de 2023. Mas o número representa 89% dos níveis de 2019.

» Os Angry Birds, que estão entre os personagens mais conhecidos da indústria de videogames, deverão partir para novos voos. Isso porque a desenvolvedora japonesa de jogos eletrônicos Sega anunciou que ofereceu 700 milhões de euros para comprar a produtora finlandesa Rovio, criadora dos famosos pássaros. O acordo não foi assinado.

35% foi quanto caiu o número de fusões e aquisições no Brasil no primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado, conforme levantamento da consultoria PwC Brasil. É o menor valor para o período desde 2020

"A Febraban entende como oportuna a discussão técnica e aprofundada das causas que levam o cartão de crédito a ter patamares elevados de juros" Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/19/all.pdf>

Restituição será paga antes a quem enviar o IR até dia 10 de maio

Fernando Narazaki

O contribuinte que estiver interessado em entrar no primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2023 precisa correr para acertar suas contas. A **Receita Federal** informou que apenas as declarações recebidas até 10 de maio estarão habilitadas para essa primeira liberação de valores.

Como ocorre todos os anos, o primeiro lote terá apenas contribuintes que estão na lista de prioridades. Os contemplados vão receber o dinheiro no dia 31 de maio, prazo final para entrega do IR.

Segundo a Receita, nunca aconteceu de o primeiro lote ter contribuintes que não estavam entre os prioritários. E a lista aumentou neste ano com a inclusão de quem utiliza a declaração pré-preenchida e dos contribuintes que optam pelo Pix para receber a restituição.

O número de contribuintes que entrarão no primeiro lote depende do volume que será pago. "Se tivermos muitos contribuintes prioritários com restituições altas, teremos menos contemplados. Se tivermos muitos contribuintes prioritários com restituições baixas, teremos mais gente contemplada", informa a **Receita Federal**.

Até as 15h30 desta terça (18), 22% das declarações entregues (em tomo de 3,2 milhões) usaram a opção pré-preenchida do IR. O volume é recorde desde a adoção do sistema para todos os contribuintes, em 2021. No ano passado, o formato foi usado por 2,6 milhões de contribuintes, que representaram 7% do total. Em 2021, o recurso estava em testes e foi utilizado em 360.917 declarações (1% do total).

Mais de 77% das 14,3 milhões de declarações entregues neste ano terão imposto a restituir, sendo que mais de 28% optaram por receber por Pix, o que também inclui o contribuinte nas prioridades.

Em 2022, o primeiro lote teve 3,4 milhões de contribuintes e pagou R\$ 6,3 bilhões.

Haverá mais quatro lotes entre junho e agosto, com depósitos no último dia útil de cada mês. A ordem seguirá a relação de contribuintes prioritários e a data de entrega. Cerca de uma semana antes a Receita

libera a consulta com os contemplados em cada lote.

A restituição é corrigida pela taxa básica de juros da economia, a Selic. O índice de correção é definido no mês e costuma ser divulgado um pouco antes da data do pagamento.

Especialistas dizem que não estar no primeiro lote não é necessariamente ruim. Para quem não precisa do dinheiro imediatamente, deixá-lo rendendo para esperar os lotes posteriores é uma opção de investimento, já que o valor é corrigido pela Selic, que hoje está em 13,75% ao ano.

"Se você tem a possibilidade de deixar o dinheiro, vai receber atualizado pela Selic e sem desconto do Imposto de Renda. Pouquíssimos investimentos vão pagar isso e você ainda terá a certeza de que receberá", diz o economista Sandro Rodrigues, da Attend Contabilidade.

Neste ano, a Receita afirmou que espera que sejam entregues entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações.

A restituição é a devolução do valor de imposto pago a mais durante o ano-calendário (2022). Os cálculos para saber se há imposto a restituir, se o saldo é zerado ou se é necessário pagar IR são feitos pelo programa da declaração.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50251&maxTouch=0&_ga=2.23236602.1767190655.1681885383-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Decisão mostra como será difícil elevar arrecadação

Marta Watanabe São Paulo

O recuo do governo da ideia de reforçar a tributação de remessas de produtos importados por pessoas físicas para valores de até US\$ 50 tem impacto pequeno no contexto fiscal atual, mas é "icônico" da dificuldade que deve ser enfrentada para emplacar as medidas para elevação de arrecadação necessárias para a sustentabilidade do arcabouço fiscal. A medida renderia receita de R\$ 8 bilhões, ante cerca R\$ 100 bilhões a 150 bilhões necessários para se cumprir as metas de resultado primário.

Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners, lembra que, além da resistência que sempre se tem a uma maior tributação, outras receitas mais representativas em termos de potencial de arrecadação e que estão na mira do governo também devem enfrentar dificuldades para serem viabilizadas, como a questão da dedução das subvenções na base de cálculo do Imposto de Renda (IR).

O tema, avalia Kawall, envolve interpretação de lei muito controversa e já foi judicializado. Diferentemente de medidas como a tributação de exportação de petróleo ou a da já anunciada tributação sobre apostas on-line, que requer regulamentação, a tributação das encomendas internacionais de até US\$ 50 por pessoas físicas, a rigor, seria por tributo já existente - o Imposto de Importação - com fato gerador bem definido, que é a entrada da mercadoria estrangeira em território nacional, e que estaria, inclusive, em consonância com o objetivo da **reforma tributária** da tributação sobre consumo defendida pelo governo federal.

No momento em que a discussão ficou mais polêmica, o próprio Ministério da Fazenda esclareceu que, no caso das importações, nunca existiu isenção de US\$ 50 para compras on-line do exterior. Portanto, não fazia sentido afirmar que se pretendia acabar com o que não existe. A isenção é concedida para encomendas no valor de até US\$ 50 remetidas por pessoa física e destinadas a pessoas físicas, esclareceu a Fazenda.

O fato é que, cientes ou não da regra de que a transação deve ser feita entre pessoas físicas para ser beneficiada pela isenção, os consumidores usam o valor de US\$ 50 como referência para compras em

sites internacionais e as encomendas chegam às suas casas na maior parte das vezes livres da tributação do Imposto de Importação.

A ideia para se chegar à receita de R\$ 8 bilhões era reforçar a fiscalização para verificar se o remetente se trata mesmo de pessoa física e se não há fracionamento de compras para evitar ultrapassar os US\$ 50. Não seria necessário instituir tributação, apenas "instrumentalizar a **Receita Federal** para fazer valer a lei que já existe", como declarou anteontem o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas.

A razão do recuo, portanto, não está relacionada à complexidade de aprovação de nova lei ou regulamentação.

A questão é a dificuldade de qualquer governo de passar a cobrar um imposto que por alguma razão não é recolhido. Mesmo quando o aumento de arrecadação tributária é considerado imprescindível para que o novo governo consiga chegar às metas de resultado primário já propostas em nova regra fiscal, dentro de um arcabouço em que há sempre aumento real de despesas, ainda que limitado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523?page=1§ion=1>

Receita regulamenta uso de fiança e seguro garantia

Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** regulamentou o uso de fiança bancária ou seguro por contribuintes para a garantia de dívidas tributárias, em substituição ao arrolamento de bens. As regras estão na Portaria nº 315, publicada na segunda-feira.

O arrolamento é uma listagem de bens do contribuinte, logo após a atuação fiscal, para evitar a dilapidação de patrimônio e, dessa forma, resguardar os valores da dívida.

Não impede a venda dos bens, mas, na prática, prejudica - por ficar registrado em órgãos oficiais.

Por isso, essa possibilidade de substituição é considerada relevante por especialistas.

A portaria, que regulamenta a Instrução Normativa (IN) nº 2.122, de 2022, traz a forma como fiança e seguro deverão ser apresentados em questões ligadas ao desembaraço de mercadorias e fiscalização em aduanas, assim como nas transações tributárias e em substituição ao arrolamento de bens.

Pela norma, o seguro e a fiança devem ser prestados por seguradora ou instituição financeira idônea devidamente autorizada a funcionar no Brasil. É necessário que tenham valor correspondente ao total do crédito tributário a garantir, incluídos valores de juros e multas.

Além disso, deve haver previsão de atualização do valor pelos índices aplicáveis aos créditos tributários e referência ao número do processo de arrolamento de bens e direitos ou do processo de transação tributária.

De acordo com Maria Andréia dos Santos, sócia do contencioso tributário do Machado Associados, o campo em que a portaria será mais utilizada será o da substituição ao arrolamento de bens. A IN nº 2.122/2022, diz, passou a prever claramente a possibilidade de substituição de bens ou direitos arrolados por fiança ou seguro em favor da União. "Antes a Receita só aceitava a substituição por dinheiro." A IN previa que a formalização da substituição dependia da regulamentação por ato específico da Receita. Então, na prática, afirma a advogada, ainda não era possível fazer as

substituições.

"Com a publicação ficaram claros requisitos e exigências." Para Arthur Barreto, sócio do Donelli, Abreu Sodré e Nicolai Advogados, a medida parece indicar uma maior aceitação desses dois tipos de garantias, criando regras para sua utilização e condições de aceitação, o que favorece a previsibilidade e deve reduzir o contencioso envolvendo o tema.

Carla Mendes Novo, tributarista do Mannrich e Vasconcelos Advogados, afirma que a portaria vai facilitar a regularização de débitos tributários que ainda não estão sendo discutidos na Justiça e a renovação de certidões de regularidade fiscal. "Traz segurança jurídica e também isonomia, garantindo que os requisitos sejam os mesmos para todos os contribuintes", diz.

De acordo com a advogada, sem a regulamentação havia discricionariedade sobre os critérios que poderiam ser aplicados pelos auditores fiscais. "A portaria é uma regulação positiva, fortalece a atuação da **Receita Federal** de forma mais cooperativa com os contribuintes", afirma.

Ela acrescenta, porém, que ainda há um ponto pendente: a possibilidade de ser apresentada garantia para toda e qualquer situação perante a **Receita Federal**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187523>

STJ permite cobrança de IR e Cide sobre ligação internacional



Ministro Francisco Falcão: não há direito à isenção tributária

Beatriz Olivon De Brasília

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a **Receita Federal** pode cobrar Imposto de Renda (IRPJ), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre valores de chamadas telefônicas realizadas no Brasil com destino ao exterior.

A decisão foi unânime.

Como há precedente desfavorável ao contribuinte na 1ª Turma (REsp 1772678), a questão estaria, segundo especialistas, pacificada no STJ. Trata da tributação de valores remetidos a empresas estrangeiras para a remuneração de serviços de "tráfego sainte" - conclusão, no exterior, de transmissão de voz ou dados iniciada no Brasil.

O processo julgado envolve a Oi (em recuperação judicial) e sua incorporada, a Telemar Norte Leste.

As empresas pediram no processo que, no caso de determinada a incidência de **tributos**, a base de cálculo dos **tributos** federais fosse o saldo pago após compensação de serviços reciprocamente prestados.

O processo chegou ao STJ por meio de recurso apresentado pela Fazenda Nacional contra decisão do

Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), com sede no Rio de Janeiro. Os desembargadores decidiram que deveriam ser aplicados ao caso acordos para evitar a bitributação celebrados pelo Brasil - o Tratado de Genebra e o Regulamento de Melbourne.

No recurso, a Fazenda Nacional defendeu, porém, a inaplicabilidade de norma específica sobre tributação de operações internacionais de telecomunicação contida no Regulamento de Melbourne. Alegou que, ao contrário da decisão, não haveria autorização legal no Brasil para a isenção desses **tributos**.

Em seu voto, o relator do caso, ministro Francisco Falcão, entendeu que não haveria direito à isenção, aceitando o recurso da Fazenda Nacional. O processo, agora, será devolvido à segunda instância para exame do pedido subsidiário - sobre a base de cálculo dos **tributos** federais.

"Ainda que o Regulamento de Melbourne tivesse sido internalizado, como defendem as recorridas, sua aplicação não isentaria do pagamento de Imposto de Renda e da Cide sobre as remessas ao exterior", afirmou o ministro, reforçando que não há previsão legal para essa isenção.

O regulamento, acrescentou o relator, trata apenas de tributação incidente sobre os valores cobrados pelas operadoras de seus clientes pelos serviços para ela prestados por meio de rede de telefonia alheia.

A ministra Asusete Magalhães acompanhou o voto do relator e afirmou que não existiriam precedentes específicos sobre essa matéria na 2ª Turma do STJ. Como nenhum ministro apresentou destaque nesse caso, foi feita apenas a leitura da ementa no julgamento (AREsp 1426749).

De acordo com a advogada Mariana Valença, do Murayama Affonso Ferreira Advogados, como as duas turmas que julgam casos tributários no STJ aceitam a incidência de **tributos**, pode-se considerar que a questão está pacificada no STJ.

"Este será o entendimento a ser aplicado pelos tribunais ordinários, em desfavor dos contribuintes", afirma. Ela acrescenta que, provavelmente, não haverá impacto nos preços das ligações com a decisão. "As empresas não estavam deixando de

recolher os **tributos**, os quais já deveriam estar embutidos nos preços, mas sim pleiteando o seu direito ao não recolhimento em caso de procedência da ação."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523>

CNA, CNT e CNC se unem contra alíquota única de imposto para bens e serviços - CAPITAL S/A



CAPITAL S/A

Cinco grandes confederações, em manifesto conjunto, pedem ajustes na **reforma tributária** e endossaram o documento O Brasil não pode errar, lançado ontem.

"Compete-nos alertar que as propostas em discussão no Congresso Nacional (PEC 45/2019 e PEC 110/2019) necessitam de ajustes para evitar impactos perversos e riscos à sociedade brasileira", aponta o documento. Assinam o texto setores que juntos empregam 41,7 milhões de trabalhadores e representam quase 60% da economia nacional. As entidades criticam a alíquota única para bens e serviços.

Desequilíbrio de carga

"Não faz sentido reduzir a carga sobre bens nacionais e importados para aumentar sobre os alimentos e serviços, que geram tanta riqueza e empregos em todo o país", frisa o manifesto.

Setores

Assinam o documento a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP).

Aumento da cesta básica

Segundo o documento, do jeito que está proposta a

Fecomércio/Divulgação



reforma, ela acarretará elevação geral nos preços dos alimentos (mais 22% sobre a cesta básica), dos transportes, da habitação, da mensalidade escolar, da saúde (mais 38% sobre medicamentos e 22% sobre planos de saúde), do advogado, do turismo, da ginástica, do lazer, da segurança e de diversos outros serviços.

Enfim, Brasília

O Brasília Shopping apresenta, na Praça Central, a exposição Enfim, Brasília, a primeira no Brasil feita totalmente com Inteligência Artificial. Idealizada pelo artista Christus Nóbrega, a mostra estará em exibição até 30 de abril e é gratuita. Uma cidade imaginária e outra real se contrapõem e conduzem o público a uma experiência original sobre a capital, que celebra 63 anos nesta sexta-feira.

Parceria para internacionalização de negócios

A Fecomércio-DF e a Secretaria de Estado de Relações Internacionais (Serinter-DF) assinaram parceria. Além do foco na internacionalização de empresas do DF, viabilizará pesquisas, missões fora do país e projetos em diversas áreas como turismo, educação, ciência, tecnologia e inovação. O documento foi assinado pelo presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, e pelo secretário de Relações Internacionais, Paco Britto.

Nova sede da Fecomércio

A reunião ocorreu na nova sede da Fecomércio, que foi transferida recentemente do Setor Comercial Sul para a 712/912 Norte. Batizada em homenagem ao presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, a unidade é maior e mais moderna. Além de abrigar 14 dos 28 escritórios de sindicatos patronais que compõem a base da Federação, o local também é sede do Senac-DF.

Mulheres do Brasil e ONU

A presidente do Grupo Mulheres do Brasil no DF e coordenadora da Câmara de Mulheres Empreendedoras da CNC, Janete Vaz, participou, ontem, de reunião com a diretora geral da ONU no Brasil, Sílvia Rucks, em Brasília. A pauta foi o foco que os ODS da ONU têm no segmento feminino, com as metas de melhoria das condições de desenvolvimento humano (acesso à educação, saúde, segurança pública e mercado de trabalho). A reunião é um marco para realização de projetos em parceria com as entidades que já atuam em prol das mulheres. Também participaram da reunião, a presidente da Câmara de Empreendedoras da Fecomércio DF,

Beatriz Guimarães, e a coordenadora do grupo Mulheres do Brasil no DF, Ana Carolina Caputo.

Conexão Brasília - Argentina

Com o objetivo de fomentar a parceria entre Brasil e Argentina, a diretoria do Sindiatacadista-DF promoveu, ontem, café da manhã na sede do sindicato em Águas Claras. O evento contou com a presença de empresários do DF e representantes de empresas argentinas. Durante o encontro, o ministro Rodrigo Bardoneschi - chefe da Seção Econômica e Comercial da Embaixada Argentina, em Brasília -, falou sobre a "importância do intercâmbio entre as empresas dos dois países". Os participantes puderam conhecer as novidades do mercado argentino. Para o presidente do Sindiatacadista-DF, Álvaro Júnior, parcerias como essa "são boas" para o consumidor, fabricantes e atacadistas.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/19/all.pdf>

Proposta de novo marco fiscal chega ao Congresso



Arthur Lira e o ministro Fernando Haddad deram entrevista coletiva para anunciar a entrega do arcabouço fiscal ao Parlamento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregaram aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco, em evento fechado no Palácio do Planalto, o Projeto de Lei Complementar (PLP 93/23) com as novas metas fiscais do país para os próximos anos, em substituição ao regime de tetos de gastos, em vigor desde 2016. A proposta - uma exigência da Emenda Constitucional 126, antiga PEC da Transição -, segundo o governo, tem o objetivo de "garantir a estabilidade macroeconômica" e "criar condições adequadas ao crescimento socioeconômico".

Depois da entrega, Lira e Haddad deram entrevista coletiva. O presidente da Câmara afirmou que o projeto deverá ser discutido e votado rapidamente na Casa. "Iremos fazer a nomeação do relator amanhã. Irá direto a plenário", disse Lira, sem adiantar o nome do relator do projeto. "Amanhã, a gente anuncia, logo depois do almoço."

Ele afirmou ainda que pretende, com a colaboração dos líderes partidários, aprovar a proposta até 10 de maio. "Nós temos um compromisso e um desafio muito grande de discutir uma **reforma tributária** no primeiro semestre. E é importante que tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes disso", afirmou.

"Se pudermos cumprir o prazo de até 10 de maio na

Câmara, acho que atende bem", acrescentou ele, destacando que o cronograma permitiria quase 15 dias de debates. Lira ressaltou que espera que a proposta seja aprovada com mais de 308 votos em plenário.

Já Haddad declarou que o projeto melhora a gestão pública. "O arcabouço tem uma construção complexa, é uma mudança de regra que, na minha opinião, vem para melhorar a gestão pública. Nós temos, além da regra em si, um conjunto de medidas para garantir o equilíbrio fiscal no ano que vem e depois a **reforma tributária**, que vem garantir a sustentabilidade de longo prazo da base fiscal do Estado brasileiro", disse o ministro.

Para os exercícios de 2024 a 2027, o projeto de novo marco fiscal limita o crescimento dos gastos públicos, a cada ano, a 70% do aumento da receita primária obtida com a arrecadação de **tributos** no ano anterior. Na prática, se a arrecadação federal aumentar R\$ 100 bilhões em um ano, o volume total de despesas poderá crescer até R\$ 70 bilhões no ano seguinte, gerando um excedente para ser usado em investimentos ou para pagar a dívida pública.

Caso a arrecadação aumente muito ou caia, o texto estabelece ainda um piso e um teto para limitar o crescimento real das despesas (acima da **inflação**). Por essa regra, as despesas não poderão crescer menos de 0,6% acima da **inflação** nem mais de 2,5% ao ano. Para um crescimento de receita de 5%, por exemplo, a regra de 70% permitiria um aumento de 3,5% nos gastos do governo, no entanto, pela regra do crescimento real das despesas, o limite será o teto de 2,5%.

Uma das mudanças em relação ao texto apresentado por Haddad a Lira no fim de março diz respeito às arrecadações extraordinárias (privatizações, concessões, permissões, royalties e dividendos das estatais), que não serão consideradas no cálculo do limite de crescimento real. O governo quer evitar que receitas atípicas corram o risco de se tornarem gastos permanentes. Além disso, as novas regras fiscais definem uma meta de resultado primário que busca zerar o déficit primário do País já em 2024, com expectativa de superávit para os anos seguintes - 0,5% do **PIB** em 2025 e de 1% em 2026. A meta também trabalha com um piso e um teto com variação de 0,25% para cima ou para baixo.

Na prática, se o superávit ultrapassar o teto previsto, o excedente será usado para investimentos no ano seguinte. Se ficar abaixo do piso, a despesa crescerá menos: 50% do aumento da receita - e não mais os 70% originais. Para os exercícios de 2025 a 2028, caso o governo federal supere a meta de resultado primário, o limite para gastos públicos com investimentos é fixado em R\$ 25 bilhões, corrigido pela **inflação** entre janeiro de 2023 e o ano da Lei Orçamentária. A mudança tem como objetivo, segundo o Ministério da Fazenda, acelerar a redução da dívida pública em momentos de elevado crescimento da economia.

Algumas despesas ficam de fora dos limites previstos no novo marco fiscal proposto pelo governo, entre as quais gastos com o pagamento do piso nacional da enfermagem, com precatórios e com a capitalização de estatais, fora bancos públicos. Também ficam de fora as despesas com complementações do Fundeb a estados e municípios, entre outras.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/19/04/2023/p1>

Lira diz que regra pode ser aprovada até o dia 10, mesmo sem base na Câmara



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante entrevista, ao lado de Fernando Haddad (dir.), após a entrega do texto do arcabouço fiscal. © G1/Imagem

Marianna Holanda Renato Machado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta terça-feira (18) que o texto da nova regra fiscal para substituir o teto de gastos pode ser aprovado até o próximo dia 10 de maio na Casa e que a dificuldade do governo em montar a base de parlamentares não atrapalha sua tramitação.

De acordo com o deputado, apesar de o texto requerer 257 votos para ser aprovado, os deputados vão buscar o apoio de 308 parlamentares -mesmo patamar exigido para mudanças constitucionais.

Lira afirmou ainda que o relator será anunciado na quarta-feira (18). André Fufuca (PP-MA), Fernando Monteiro (PP-PE), Júlio Lopes (PP-RJ) e Cláudio Cajado (PPBA) são os cotados.

As declarações do presidente da Câmara foram dadas após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Geraldo Alckmin (Indústria), Simone Tebet (Planejamento) e Rui Costa (Casa Civil).

Também acompanharam a reunião o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, e o senador Veneziano Vital do Rego (PSB-PB), vice-presidente da Casa, que representou Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Logo após entregar o texto do novo arcabouço para a cúpula do Congresso Nacional nesta terça, Haddad afirmou, em entrevista a jornalistas, que o Brasil não aguenta mais "tanta sangria" e que, se toda a agenda for cumprida, o novo mecanismo pode "funcionar muito bem".

Quando lhe foi perguntado se a dificuldade do governo Lula em montar base aliada na Câmara pode

atrapalhar o texto, Lira disse: "No arcabouço, não".

"[Na **reforma tributária**] É outra questão também nacional e outros interesses vão dificultar ou facilitar. Vai depender de nossa competência de votar um arcabouço justo", completou.

A **reforma tributária** é o segundo grande projeto do governo a ser votado no Congresso ainda neste ano. O próprio Lira se referiu à nova regra fiscal como "antessala" à tributária.

O presidente da Câmara disse ainda que as "linhas mestras" do projeto já estão traçadas e que são "compatíveis".

O ministro da Fazenda indicou que o governo precisa iniciar uma ofensiva para reverter renúncias fiscais, que, segundo Haddad, impactam as contas públicas em R\$ 600 bilhões.

"Temos R\$ 600 bilhões de renúncia fiscal. Estamos querendo rever um quarto dessa renúncia para garantir a sustentabilidade fiscal do país. É algo que já está na agenda há muitos anos, teve até emenda constitucional aprovada com essa finalidade, mas nada foi feito. Pelo contrário, até piorou", afirmou o ministro da Fazenda, ao lado do presidente de Arthur.

"Queremos enfrentar esse debate com a sociedade, porque cada renúncia fiscal indevida é uma pessoa a mais passando a fome, sem creche, sem médico, sem medicamento no posto de saúde. É isso que não queremos continuar assistindo."

O ministro ainda disse que muitos desses benefícios entraram não se sabe "pela mão de quem". E novamente defendeu que todo um conjunto de propostas precisa avançar, para que os mecanismos previstos no arcabouço possam avançar.

"Se as metas fiscais não forem atingidas, tem uma redução da velocidade do crescimento da despesa em relação à receita. É um mecanismo que pode funcionar muito bem se toda agenda for cumprida. Não estamos entregando para a Câmara e o Senado só uma nova lei de responsabilidade. Estamos trabalhando junto às Casas [legislativas] as medidas provisórias que estão em tramitação, os projetos de lei que estão em tramitação e os que vão ser

encaminhado ao longo das próximas semanas", afirmou o ministro.

"São contas bilionárias que precisam ser ajustadas definitivamente. O Brasil não aguenta mais tanta sangria, é muita sangria", completou.

Haddad afirmou que a série de exceções que estão previstas no texto do arcabouço são apenas uma repetição do que já está previsto na Constituição.

Como a Folha antecipou, o texto do arcabouço prevê uma lista com tipos de despesa que não serão contabilizados nos limites anuais, como a capitalização de estatais.

"Elas não estão no texto [do arcabouço], estão na Constituição. A única coisa que nós fizemos foi reproduzir no texto aquilo que já está na Constituição e que não pode ser alterado por lei complementar ou lei ordinária", afirmou o ministro.

Apesar disso, a emenda à Constituição promulgada no ano passado após articulação de Lula prevê que o regramento do teto de gastos previsto hoje na Carta Magna seja revogado e substituído pelo novo arcabouço legal, o que abre a margem para as escolhas sendo feitas pelo atual governo.

Haddad também disse que a manutenção da isenção de até US\$ 50 para remessas internacionais entre pessoas físicas não vai comprometer os mecanismos previstos no arcabouço. Segundo o ministro, o governo deve propor até maio uma solução administrativa para combater a sonegação fiscal nas compras em plataformas internacionais, em particular as chinesas.

"Esse assunto das encomendas não vai afetar em nada, porque temos oito meses para achar uma solução administrativa que atenda o pedido do presidente da República sem prejuízo do combate ao contrabando. Estamos garantindo isonomia de concorrência. Ninguém está contra a concorrência. O que estamos contra é um grupo econômico que não gera um imposto de trabalho no Brasil concorrer em condições altamente vantajosas em relação a todos os outros portais e o comércio em geral", afirmou .

Lula assina projeto de lei que libera R\$ 7,3 bi para piso da enfermagem

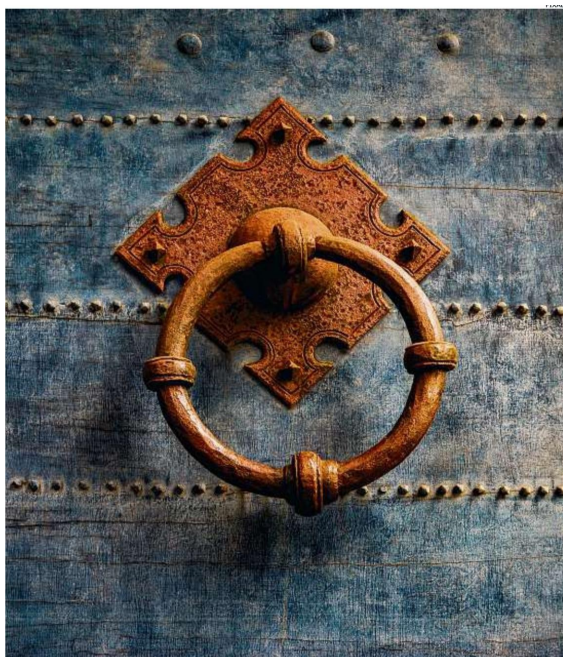
Medida abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde para garantir o pagamento aos profissionais do setor. O governo vinha sendo cobrado pela categoria para implementar a medida, que foi suspensa por uma liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), após a

proposta não prever impacto financeiro para os entes da federação.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50251&maxTouch=0&_ga=2.23236602.1767190655.1681885383-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

O que faltou dizer sobre o arcabouço fiscal (Artigo)



Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é sócio da Tendências Consultoria

Entre os comentários sobre o novo arcabouço fiscal, foram pouquíssimos os que lembraram o mais sério risco de uma futura crise da dívida pública, qual seja a rigidez orçamentária sem paralelo no planeta. Cerca de 95% das despesas primárias do governo federal têm natureza obrigatória. No mundo, os governos costumam dispor de 50% do orçamento para financiar a estrutura da administração e políticas de desenvolvimento econômico e social. Aqui, são apenas 5%. Isso é insustentável.

Como esse risco dificilmente ocorrerá no atual período de governo, o mercado financeiro reagiu favoravelmente aos parâmetros do arcabouço. Tal reação se explica também porque não se confirmaram temores de escolha da dívida como âncora. Além disso, incluiu-se um limite para os gastos, uma demanda de grande parte dos analistas. As exceções se restringiram ao Fundeb, ao piso da enfermagem e a um mínimo de investimentos, o que não assustou. Os investimentos também poderão crescer se houver sobras no cumprimento da meta de superávit primário.

Apesar da boa acolhida, a análise de economistas, inclusive de instituições financeiras, não foi tão favorável. Assinalou-se, corretamente, que o arcabouço criará incentivos ao aumento da carga

tributária, pois a expansão das despesas corresponderá a 70% do incremento das receitas. É verdade que haverá um limite superior para essa expansão, de 2,5% reais por ano, mas também um piso de 0,6%, que ocorreria, em tese, quando houvesse recessão, o que demandará aumento da arrecadação para que o piso seja cumprido.

Ao contrário das estimativas otimistas do governo, dificilmente será possível estabilizar a relação dívida/**PIB**, que na verdade é o principal objetivo do arcabouço. Na hipótese mais otimista, a relação alcançará 76,5% do **PIB** em 2026 (de 73,5% em 2022). Ocorre que será necessário um superávit primário anual de pelo menos 1,5% do **PIB** para que a relação se estabilize (mais ainda para viabilizar uma queda mais à frente). A média projetada no arcabouço para o atual período de governo é de apenas 0,25% do **PIB**.

Estimativas da Tendências e de outros analistas do setor privado indicam que essa relação ficará acima de 80% do **PIB** em 2026, a menos que o superávit primário cresça por forte elevação da carga tributária, seja por aumento de alíquotas, seja por medidas para reduzir incentivos fiscais ou cobrar dos que não pagam.

Houve quem reclamasse da ausência de cortes de gastos, mas essa é uma crítica injusta. Mesmo que houvesse tal intenção, a medida seria praticamente impossível diante da rigidez orçamentária. Por isso, continuaremos com baixíssimas condições (talvez nenhuma) para fazer o ajuste fiscal via corte de despesas. Permanecerá o problema da época do teto de gastos, quando o aumento das despesas obrigatórias implicava compressão das demais, prejudicando áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Para piorar, o governo aumentou a rigidez orçamentária ao conceder aumento ao funcionalismo (provavelmente inevitável), repor perdas provocadas pelo teto de gastos nas áreas de educação e saúde e restaurar a política de elevações reais do salário mínimo, o que elevará as despesas da Previdência. Tudo isso incrementará os gastos obrigatórios.

Ao contrário das estimativas otimistas do governo, dificilmente será possível estabilizar a relação

dívida/**PIB** Há um outro problema pouco comentado. Se o governo decidir elevar a carga tributária via imposto de renda, será preciso cobrar o dobro, pois metade de sua arrecadação se destina compulsoriamente a Estados, municípios e fundos regionais de desenvolvimento. Se a opção for por incidências não partilháveis, mas distorcivas, como PIS e Cofins, a medida agravará o caos da tributação do consumo, na direção oposta ao objetivo básico da reforma tributária.

O arcabouço pode nos trazer de volta ao período anterior ao teto de gastos, caso o crescimento da economia for inferior a 2,5% (cálculos atuais indicam que o potencial de crescimento anual do **PIB** mal chega a 2%). Caminhávamos para bater no muro quando se materializasse o risco de crise da dívida. Esse risco retornou, embora mitigado pelo limite de crescimento das despesas e pela possibilidade de aumentar a carga tributária para elevar o resultado primário. Ou seja, voltamos a flertar com o muro, só que mais lentamente. Ganharemos tempo para tentar resolver o problema da rigidez orçamentária.

Demonstrar essa bomba-relógio demandará liderança política para induzir a sociedade a conscientizar-se da gravidade da rigidez fiscal que ameaça o futuro da economia brasileira. Suas origens estão na Constituição de 1988, elaborada em período de enormes desigualdades e pobreza, em grande parte causada pela piora do processo inflacionário iniciada com a primeira grande crise do petróleo (1973-1974).

Sem liderança política capaz de coordenar os trabalhos da Assembleia Constituinte, gastos sociais permanentes viraram mandamento constitucional. Buscou-se criar um Estado de Bem-Estar europeu em um país de renda média. Os gastos previdenciários alcançam hoje 14% do **PIB**, o mesmo da Alemanha e Itália, países que têm o dobro de idosos e são ricos.

Segundo o economista Marcos Mendes, com base em dados do FMI, o Brasil figura em terceiro lugar em gastos com proteção social como proporção do **PIB**, à frente de países ricos. A educação consome 6,3% do **PIB**, acima da média das nações desenvolvidas (5,8% do **PIB**), mas sua qualidade é lamentável. Ainda segundo seus cálculos, no teste do Pisa, realizado pela OCDE, o Brasil está no percentil 90 na comparação com todos os países participantes e no percentil 97 em relação aos países que participaram de todas as edições do teste.

A meu ver, o Ministério da Fazenda formulou a proposta de arcabouço fiscal que era possível nas circunstâncias atuais. O projeto dependerá de aprovação do Congresso, onde impera uma cultura pró-gasto. Haverá espaço para a ação de lobbies,

inclusive do próprio governo, em favor de exceções que destruiriam sua credibilidade. Precisamos torcer, mas não será fácil.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
O que faltou dizer sobre o arcabouço fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187523?page=1§ion=1>

Investidor mantém cautela de olho no fiscal

Matheus Prado, Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Os ativos locais ampliaram o movimento de ajuste, após os ganhos recentes, na sessão de ontem, na medida em que o governo entregou ao Congresso o detalhamento da sua proposta para a nova regra fiscal. Houve recepção negativa, durante o dia, à notícia posteriormente confirmada de que o texto final do arcabouço prevê 13 exceções aos limites anuais de despesa.

Nesse cenário, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 subiu de 13,22% no ajuste anterior para 13,255%; e a do DI para janeiro de 2027 foi de 11,725% para 11,91%.

O dólar avançou para R\$ 4,976, em alta de 0,81%, com o real entre as moedas de pior desempenho no dia. Já o Ibovespa subiu 0,14%, a 106.163 pontos, impulsionado por ações de exportadoras.

Desde o início da sessão, rumores de que a proposta do governo poderia contemplar exceções do ponto de vista dos gastos provocaram um movimento de ajustes no mercado local, apesar do crescimento da economia chinesa ter dado algum suporte ao fluxo comprador.

À tarde, a divulgação do texto confirmou que 13 despesas não entram nos limites anuais de gastos estabelecidos pela regra.

Na visão do diretor da tesouraria de um grande banco local, após a retirada dos principais riscos de cauda que estavam precificados nos ativos domésticos, o mercado pode enfrentar novos ventos contrários à frente. "Embora resiliente, o Brasil está prestes a enfrentar alguns obstáculos que podem ter impacto negativo nos mercados por um tempo", afirma o executivo, ao citar as discussões sobre o arcabouço fiscal no Congresso e de como aumentar a arrecadação para tornar o projeto crível.

"Não por acaso, hoje [ontem] os mercados estão sofrendo um pouco e reagindo a alguns ruídos quanto à implementação da regra fiscal", afirma. "Está aberta a 'temporada dos ruídos', já que as negociações entre os setores divergentes são sempre fonte de tensão.

Além disso, na margem, os mercados globais se deterioraram com riscos crescentes de uma leve estagflação", nota o profissional. Ele cita, ainda, o posicionamento técnico no mercado de câmbio que se

deteriorou, assim como o nível de preços. "O dólar abaixo de R\$ 5 não é mais a melhor exposição", diz.

Da mesma forma, o estrategista Dirk Willer, do Citi, observa que, embora o real tenha mostrado um desempenho forte recentemente devido a motivos externos e internos, a incerteza doméstica deve aumentar mais uma vez, "porque o Congresso pode diluir os projetos, contribuindo para manter o real em níveis mais depreciados".

Para o analista de ações Rafael Cintra, da Forpus Capital, o juro real precisa cair para a bolsa andar e medidas fiscais mais rígidas poderiam ajudar na queda da taxa nominal, mas o arcabouço não ajuda porque não garante a convergência da dívida. "O texto tem muitas exceções e é fortemente dependente de arrecadação", diz.

Assim, de acordo com Cintra, a queda do juro real pode se dar pelo fortalecimento do dólar e a consequente pressão que a divisa exercerá sobre a **inflação**. Isso, mais a pressão política pelo início do ciclo de corte de juros, tende a criar uma janela de entrada na bolsa no segundo semestre. Mas, na visão do analista, para que haja melhora estrutural, é preciso que a **reforma tributária** avance, para que o investidor tenha clareza sobre setores impactados e as reais oportunidades de alocação.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523>

Que imposto é esse (Marcos Ferrari)

Eduardo Cucolo
Perfil do blogueiro

Eduardo Cucolo é repórter de Mercado. Foi secretário de Redação na Sucursal da Folha em Brasília, além de responsável pela cobertura de Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Receita Federal e Banco Central na capital federal.

Link externo, abre o Twitter do blog

Qual país não gostaria de estimular uma medida que trouxesse, ao mesmo tempo, impacto positivo no **PIB**, na saúde, educação, indústria, agronegócio, varejo e serviços? Imagine que essa medida fosse capaz de gerar eficiência em todos os setores produtivos, inclusive na gestão pública e no meio ambiente. De tão óbvia, a pergunta parece nem merecer resposta.

Cenário impensável que um país fizesse justamente o contrário e adotasse uma política que sufocasse todas essas benesses. Pois é justamente o que está acontecendo há anos no Brasil com sua altíssima carga tributária sobre a conectividade .

Segundo estudo da Nokia, o 5G terá um impacto de nada menos do que US\$ 1,2 trilhão no **PIB** até 2035. As áreas mais beneficiadas serão as que envolvem tecnologia, informação e comunicação.

As perspectivas também são empolgantes para outros setores fundamentais. De acordo com Ministério das Comunicações, o **PIB** do agronegócio deve crescer 10% com a chegada da tecnologia ao campo. A saúde será muito beneficiada com a telemedicina e a possibilidade de cirurgias remotas, por exemplo. A segurança pública e mobilidade urbana serão muito mais eficientes. O varejo será alavancado com o incremento do e-commerce. Todos os setores produtivos serão favorecidos pelas novas soluções que envolvem a internet móvel de quinta geração. Esse assunto será debatido em profundidade no Painel Telebrasil Innovation, no dia 14 de junho, em São Paulo.

De acordo com a International Data Corporation, o 5G tem potencial para movimentar US\$ 25,5 bilhões no país até 2025, considerando apenas a impulsão de tecnologias como inteligência artificial, análise de dados, cloud, segurança, realidade aumentada e virtual e internet das coisas. Ou seja, criar mecanismos que facilitem a transmissão de dados se revela o melhor caminho para o aumento da produtividade e crescimento econômico. Ao entender que a capacitação humana e, sobretudo, a inclusão

digital, se tornam cada vez mais importantes para o mercado de trabalho contemporâneo, resta claro que a conectividade se impõe também como uma ferramenta de igualdade social.

Pois o setor de telecom no Brasil recebe uma das cargas tributárias mais altas do mundo, alcançando 42%, muito acima da média dos quinze países que mais acessam banda larga no mundo, que fica em 11%. Ainda mais preocupante é observar que alguns estados fizeram um movimento de aumentar a alíquota modal do ICMS após a redução ocorrida em meados do ano passado, voltando a onerar mais o segmento. O setor teve que se posicionar contra a reforma fatiada contida na criação da CBS e na mudança da tributação sobre juros e dividendos, pois ambas representavam ainda mais aumento de carga tributária.

Nesse sentido, é imprescindível refletir sobre o que o país pretende ao tributar sobremaneira justamente o elemento capaz de gerar grandes avanços econômicos e sociais. Apoiamos a **Reforma Tributária** e ela é mais do que necessária, mas é preciso chamar a atenção que ela precisa caminhar na direção de reduzir ampla e significativamente o peso dos **tributos** sobre as telecomunicações, pois é o setor que possui a maior transversalidade inovadora para a economia digital.

Se o Brasil pretende atingir uma estabilidade econômica perene e atrair investimentos de longo prazo, não deveria mais permitir soluções imediatistas. O efeito mais perverso de pesar a mão nos **impostos** sobre a conectividade é prejudicar de forma mais severa a população de menor renda. A consequência mais contraditória -e até irônica- diz respeito a renunciar a uma arrecadação muito maior que seria gerada pelo efeito cascata do desenvolvimento da economia digital.

Sob qualquer ótica, não há defesa para manter -e muito menos aumentar- a tributação que incide no setor. O Brasil precisa de medidas que incentivem o fomento econômico e social e prosperar nessas iniciativas hoje passa necessariamente pelo estímulo à conectividade.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2023/04/reforma-tributaria-aliada-ao-desenvolvimento-socioeconomico-precisa-estimular-conectividade.shtml>

A classe média sem pai nem mãe

O presidente Lula vem mudando seu discurso ao tratar da classe média, mas ainda há incompreensão sobre esse grupo, que é provavelmente o que mais se beneficiaria de um melhor funcionamento das políticas públicas.

Em maio de 2022, Lula afirmou que "a classe média ostenta muito um padrão de vida acima do necessário". Essa descrição nem de longe é adequada para a realidade da nossa classe média batalhadora. Aproxima-se, na melhor das hipóteses, da classe média alta, um grupo pouco representativo.

Este ano, houve um importante ajuste em seu discurso, com a frase "nós temos que nos dirigir um pouco à classe média brasileira, porque no fundo ela tem sofrido muito com os desgovernos deste país." De fato, a classe média, com reduzido capital humano e não elegível a políticas de transferência de renda, sofre mais com a instabilidade da economia - a gestão Dilma não deixou dúvidas.

Mais recentemente, o presidente derrapou ao afirmar que esse grupo não precisa tanto do governo, bastando uma "**reforma tributária** justa." Ainda que o sistema tributário pese particularmente sobre o trabalhador de renda média e com carteira assinada, é crucial reconhecer que a classe média é muito prejudicada pela baixa qualidade dos serviços públicos.

A definição de classe média é tema controverso, na economia e na sociologia. Por falta de maiores informações sobre seus valores e a qualidade de vida das famílias, utiliza-se com frequência o critério de renda de um "grupo do meio."

Utilizo como referência o conceito de classe C proposto por Marcelo Neri (renda familiar total entre R\$ 3.230 e R\$ 13.950, quando corrigida a preços de 2022), por estar associado à chamada nova classe média. Cabe, porém, mencionar que se trata de um intervalo de renda relativamente amplo (por exemplo, em relação ao Critério Brasil), possivelmente capturando um grupo bastante heterogêneo.

Segundo o especialista, entre 2003-13, 44,7 milhões de brasileiros ingressaram na classe C. A razão principal foi o maior ritmo de crescimento econômico. Mas o surgimento da nova classe média não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro; ocorreu em muitos países emergentes.

O grande impulso veio da entrada da China na OMC, no final de 2001, estimulando o comércio mundial e produzindo o boom das commodities.

Há, no entanto, méritos do Brasil. Com a economia desarrumada, esse resultado não teria sido possível. Houve acertos na política econômica, com o reforço do tripé macroeconômico - meta de **inflação**, câmbio flutuante e disciplina fiscal - e as reformas microeconômicas - como crédito consignado, novas regras no mercado imobiliário e estímulos à formalização no mercado de trabalho. Houve ainda a contribuição, mesmo que marginal, das políticas de combate à pobreza.

A classe média atingiu 47,6% da população em 2013, mas encolheu para 43,1% em 2021, mesmo com o recuo da classe A/B, nos cálculos de Cristiano Souza. Em contrapartida, a classe D/E saltou de 46% para 51,6% no período. A inflexão ocorreu em 2016, na esteira da grande recessão do governo Dilma.

Quanto a 2022, ainda não há dados completos, mas, pela Pnad Contínua, que captura apenas o rendimento do trabalho (não o total), pode ter havido ligeira recuperação da classe C.

Seria muito bom se a classe média dependesse menos do Estado. Ainda mais em um contexto em que as classes mais altas são menos dependentes de serviços públicos, deixando de fazer pressão pelo aumento da qualidade da ação estatal, sobretudo na educação - o principal motor da mobilidade social.

Pior, diante das restrições orçamentárias do governo, os privilégios de grupos organizados distorcem a alocação de recursos públicos em seu favor.

É crucial que governantes tenham ouvidos mais abertos para as demandas, muitas vezes silenciosas, da classe média. Os ganhos vão além da cidadania. Serviços públicos de qualidade propiciam o aumento da produtividade da mão de obra e a ampliação do mercado consumidor, este estagnado para muito setores, principalmente de bens duráveis.

Isso sem descuidar da estabilidade macroeconômica (**inflação** e juros baixos), pedra fundamental da sustentação da renda desse grupo.

Em vez de ceder a pressões de grupos organizados por benesses estatais - o velho patrimonialismo disfarçado de interesse nacional -, melhor cuidar da

classe média. E Lula já fez isso, no primeiro mandato.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
A classe média sem pai nem mãe

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/zeinalatif/coluna/2023/04/a-classe-media-sem-pai-nem-mae.shtml>

Apesar do recuo de Lula, Fazenda não desistiu de restringir vendas de Shein e Shopee

Por Malu Gaspar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez o governo recuar da ideia de acabar com a isenção de **impostos** para compras internacionais de menos de US\$ 50 em lojas de varejo online como Shein e Shopee. Mas o Ministério da Fazenda não desistiu de impor restrições a esse comércio.

A equipe de Fernando Haddad, que anunciou o recuo na taxação por ordem de Lula, passou a trabalhar ontem mesmo em medidas administrativas que dificultem a entrada dos produtos no Brasil.

Como Lula proibiu a aplicação de qualquer taxa neste momento, a ideia é criar normas aduaneiras e de transporte, por meio de resoluções ou portarias da Receita e dos Correios.

O plano agora é trabalhar com regulamentações que criem "obrigações novas e administrativas" que não precisem ser aprovadas no Congresso e nem representem aumento de tributo.

Técnicos da equipe econômica com quem conversei afirmam que a ideia agora é anunciar as novas medidas na semana que vem. Por ora, o Ministério da Fazenda vai se concentrar nas discussões do novo arcabouço fiscal.

Exemplos de medidas em estudo seriam mudanças de regras alfandegárias ou do formato de entrega dos Correios para produtos desses varejistas online.

Em reunião com a equipe econômica na manhã de terça-feira, Lula reclamou de o fim da taxação ter sido anunciado sem a aprovação da Casa Civil e disse que não aprovaria uma medida que punisse os consumidores de baixa renda e de classe média baixa, principais compradores dessas plataformas de comércio online.

Nos bastidores, auxiliares do presidente e de Haddad afirmam que a primeira-dama Janja teve papel fundamental no recuo, depois de sentir a pressão das redes sociais sobre o governo.

Na semana passada, depois que o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, deu entrevista informando do fim da isenção, Janja chegou a se envolver num debate com internautas sobre a medida.

Mas o resultado foi ruim para a primeira-dama, que se confundiu nos conceitos e afirmou que "a taxação é para empresas e não para consumidores". Não é assim que funciona, já que qualquer taxa extra é sempre repassada ao comprador dos produtos.

A decisão de Lula, porém, resolveu um problema - a péssima repercussão do plano "anti-Shein" - e criou outro. As medidas administrativas em estudo agora podem até atender ao forte lobby dos varejistas locais e aumentar o custo de trazer os produtos ao Brasil, mas não trariam o acréscimo de arrecadação que a Fazenda está buscando para cumprir as metas fiscais.

Outro problema, na avaliação dos técnicos da equipe econômica, é que a discussão sobre as plataformas online pode acabar atrasando as discussões sobre a **Reforma Tributária**, que para eles deveriam ser prioritárias.

Ou seja: Lula pode estar em paz com Janja, Shein e Shopee, mas já tem um novo embate marcado com os varejistas e a equipe econômica.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2023/04/apesar-do-recuo-de-lula-fazenda-nao-desistiu-de-restringir-vendas-de-shein-e-shopee.ghtml>

Governo acredita que o arcabouço será aprovado e que a maior negociação será sobre o espaço para gastos

Por Manoel Ventura, Paula Ferreira, Gabriel Sabóia e Camila Turtelli - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou ontem o projeto do novo arcabouço fiscal nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Após semanas de discussões internas, a proposta que vai substituir o teto de gastos chega ao Congresso como o primeiro grande teste da base aliada do governo.

O projeto é fundamental para definir o espaço que Lula terá para gastar nos próximos anos de mandato. Após receber o projeto, Lira afirmou que a intenção é encerrar o tema na Câmara até 10 de maio.

- Temos um compromisso e um desafio de discutir uma **reforma tributária** no primeiro semestre, e é importante que nós tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes da **reforma tributária**. Portanto, a gente tem prazo. Se a gente puder cumprir o prazo de até 10 de maio na Câmara, atende bem - afirmou o presidente da Câmara.

Lira afirmou que anuncia hoje quem será o relator da proposta. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o mecanismo funcionará bem se a agenda foi cumprida, citando medidas para aumentar a receita.

Segundo o ministro, há quase R\$ 600 bilhões de renúncia fiscal no Orçamento e quer rever apenas um quarto dessa renúncia "para garantir a sustentabilidade fiscal do país".

- O Brasil não aguenta mais tanta sangria, é muita sangria - disse Haddad, completando que a **reforma tributária** virá na sequência, para garantir a sustentabilidade de longo prazo.

O projeto terá que ser aprovado com o apoio de pelo menos 257 dos 513 deputados, a chamada maioria absoluta. Depois, segue para o Senado, onde precisa do aval de 41 dos 81 senadores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que acredita numa tramitação rápida. Ele viajou para

Londres antes da reunião com Lula e foi representado por Vital do Rêgo.

- Nós vamos nos dedicar a uma apreciação rápida do arcabouço fiscal - disse.

O projeto chega à Câmara num momento em que o governo ainda engatinha na formação da base e sem que nenhum projeto de relevo tenha sido votado. Questionado sobre isso, Lira afirmou que essa preocupação é da articulação política do governo, mas o arcabouço é de interesse público.

- Vamos pensar com tranquilidade. Não vamos antecipar outras situações. Esse tema é de interesse nacional - disse Lira.

O governo acredita que o arcabouço será aprovado e que a maior negociação será sobre o espaço para gastos e outros detalhes da regra. Lideranças da oposição e de partidos de centro criticaram trechos do texto, principalmente sobre a possibilidade de o descumprimento das metas não configurar infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- Qual é a segurança que um investidor pode ter no Brasil, diante de uma proposta como essa, para a gente conseguir alavancar o crescimento no país? - questionou o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ).

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), disse que o projeto passará por ajustes:

- Vai ser necessário que haja um ajuste para que esse dito arcabouço possa de fato, minimamente, estabilizar o crescimento da dívida pública, algo que interessa a todos.

O governo deve pedir urgência na tramitação do projeto e fazer com que o texto vá direto para o plenário da Câmara, sem passar pelo crivo das comissões da Casa. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), disse que há chances de o projeto ser aprovado em menos de um mês.

De acordo com ele, o texto deve pular a fase de

comissões e ir direto à análise do plenário, o que encurta o caminho até a aprovação.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que há um clima "muito positivo para a aprovação" da proposta:

- Vamos garantir ao país previsibilidade, credibilidade e estabilidade.

O projeto apresentado ontem traz inovações em relação às primeiras informações dadas pelo governo. O texto final do arcabouço deixa algumas despesas fora da regra, como já ocorre hoje com o teto de gastos.

Os gastos com o aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional ficarão fora da regra. A nova proposta, porém, tira desse trecho as empresas financeiras. Dessa forma, eventuais aportes feitos em bancos como BNDES e Caixa Econômica Federal estarão dentro da regra e consumirão o espaço das despesas.

O mesmo ocorrerá para empresas dependentes do Tesouro, como já ocorre hoje. Todas as despesas de estatais dependentes, como a Infraero, farão parte da regra fiscal.

No total, são 13 exceções, como créditos extraordinários (editados apenas em casos de urgência e imprevisibilidade) e pagamentos de precatórios com descontos. A complementação para o Fundeb (fundo da educação básica) e a transferência para estados e municípios pagarem o piso de enfermagem também ficam fora da regra.

O arcabouço fiscal prevê limites de despesas fixados por Poder. Haverá limites individuais para o Executivo Federal, para o Judiciário, para o Legislativo (Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União), Ministério Público da União e Defensoria Pública da União.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/governo-acredita-que-o-arcabouco-sera-aprovado-e-que-a-maior-negociacao-sera-sobre-o-espaco-para-gastos.ghtml>

Reforma tributária vai deixar comida mais cara? Entenda o que está em jogo

Do UOL, em São Paulo

O setor de alimentos diz que a comida pode ficar mais cara com a **reforma tributária**, e pressiona para ter tratamento especial. Defensores dizem que a reforma beneficia todos os setores. Entenda a discussão:

Reforma tributária pretende simplificar **tributos**. A proposta inicial da **reforma tributária** do consumo é unificar **impostos** e ter uma taxa única. Isso acabaria com o tratamento diferenciado dado hoje à cesta básica e eliminaria benefícios tributários do agronegócio.

A mudança tem gerado pressão por benefícios. Entidades ligadas ao agronegócio e à indústria de alimentos têm se movimentado para manter benefícios e isenções.

Defensores da reforma dizem que todos serão beneficiados. Quem defende a reforma diz que ela vai favorecer o ambiente de negócios e acabar com distorções.

Deputados já consideram criar modelo especial para alimentos. Com a pressão, a Câmara dos Deputados já considera criar um tratamento especial para o setor. Também estuda um modelo específico para o pequeno produtor, disse o coordenador do grupo de trabalho sobre o tema, deputado Reginaldo Lopes.

Porém, se algum setor pagar menos, outros precisarão pagar mais. A questão é que, se houver taxa menor para um ou mais setores da economia, o imposto sobre os outros itens vai precisar aumentar, diz Rodrigo Orair, diretor da Secretaria da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. O desafio então é evitar uma proliferação de tratamentos especiais que desvirtue a reforma.

A indústria não quer pagar a conta. A indústria - que paga mais imposto hoje - não quer ter sua alíquota aumentada para pagar por benefícios de outros setores.

Modelo é complexo e tem múltiplas taxas. O consumo hoje está sujeito aos seguintes **impostos**: IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. As alíquotas variam de item para item, mudam de um estado para o outro e até entre municípios. O imposto de um perfume fica em 69%,

enquanto o do queijo é 16%, segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação).

Complexidade gera resíduos tributários. Hoje uma empresa não consegue abater todos os **impostos** pagos ao longo de sua produção. Por exemplo: uma indústria de roupas não poderá abater parte das taxas pagas na compra do tecido, a depender do seu regime tributário. Isso gera resíduos tributários que impactam os preços.

Créditos não são pagos. Além de não poder abater parte do imposto, a empresa também não consegue receber de volta o imposto que ela tem direito de reaver. Isso porque, quando o imposto é pago, ele é incorporado ao Orçamento público, e a devolução fica em segundo plano frente a outras demandas dos governos.

Produtores rurais têm isenção em insumos. No modelo atual, entidades setoriais se organizam para conseguir benefícios fiscais, a fim de contornar os resíduos tributários. A atividade rural, por exemplo, conta com isenção em insumos, como fertilizantes ou sementes.

Cesta básica tem isenção de imposto. Os itens da cesta básica hoje contam com isenção de parte dos **impostos**. Hoje a cesta básica paga em média 9,8% de imposto, e a indústria de alimentos como um todo paga 23,8%, segundo dados da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos).

Um único imposto para substituir cinco. Um imposto único chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) substituiria os cinco **impostos** em vigor, com taxa única em torno de 25%.

Produção fica isenta de imposto. Com a simplificação do sistema, toda cadeia produtiva fica isenta de imposto. Ao comprar tecido, uma fábrica têxtil paga 25% de imposto e fica com 25% de crédito. A cobrança efetiva ocorre somente do consumidor final.

Fim da necessidade de incentivos fiscais. Pelo modelo, não há necessidade de taxa menor para insumos agrícolas ou qualquer outro insumo, de qualquer setor. A alíquota no meio da cadeia é irrelevante, pois sempre haverá crédito proporcional ao débito, diz Eurico Santi, professor da FGV e diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), entidade que

ajudou a desenhar a desenhar a PEC 45, uma das propostas de reforma em discussão. O CCiF é um centro de estudos independente do governo e que tem parceiros privados, como Ambev , Braskem, Carrefour e Itaú.

Devolução do crédito será mais ágil. O imposto pago pela empresa irá para um conselho a ser criado. Esse órgão só destinará o dinheiro para o poder público quando a transação chegar ao consumidor final (que é o dinheiro do imposto que o governo vai abocanhar). O imposto pago ao longo da produção fica com o conselho para devolução. Por isso, ela será mais rápida do que é hoje, dizem os defensores da mudança.

Cesta básica perderia isenção. A isenção da cesta básica é um benefício custoso, que torna necessário o aumento de outros **impostos**, diz o CCiF. E ela vale para todos, sem distinção entre ricos e pobres. A proposta então é taxar a cesta básica e criar um mecanismo de cashback , para devolver o imposto pago pelos consumidores de baixa renda. A avaliação é que a tecnologia disponível hoje permite fazer essa devolução de forma ágil, no ato da compra, ou com crédito em um cartão.

Mudança vai fazer a economia crescer. Ainda que ocorram aumentos de preço pontuais, eles devem ser compensados pelo crescimento da economia e pela redução em outros itens. A estimativa é que a reforma gere um crescimento de mais de 20% da economia em 15 anos.

Preço da cesta básica preocupa. Entidades do setor dizem que a alíquota única vai encarecer a cesta básica e prejudicar a renda da classe média. Elas também desconfiam da viabilidade do cashback aos mais pobres. A Abia defende que a reforma reduza a carga tributária e implemente o imposto zero para os alimentos.

Aumento do imposto pode sobrar para o produtor. A CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) diz que o produtor pode ficar com parte do custo de um aumento de imposto. Isso porque o consumidor pode não estar disposto a pagar a mais por aquele item, obrigando o produtor a comprometer sua margem de lucro.

Demora na devolução dos créditos tributários. O setor não quer perder benefícios tributários adquiridos, como a isenção dos insumos. Há um temor de que o insumo passe a ser taxado em 25% e o produtor não consiga receber esse crédito, o que ampliaria muito o custo de produção. O setor quer saber então em quanto tempo os créditos do novo modelo seriam devolvidos e questiona quando os créditos atuais

serão pagos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/04/19/reforma-tributaria-alimentos.htm>

Arcabouço é crucial para Lula, mas depende de milagre no aumento da receita

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

O arcabouço fiscal, divulgado nesta terça-feira (18), não é a bala de prata capaz impulsionar uma nova etapa de crescimento consistente e sustentável da economia brasileira. A bala de prata consiste no eventual êxito da negociação do arcabouço fiscal com o Congresso.

Essa negociação é crucial para o governo Lula . Não há outro caminho para tentar reverter as tendências de retração ou de baixo crescimento da economia além da abertura de espaços para aumentar os gastos públicos, empurrando a atividade econômica. Mas não há como abrir esse espaço, mantendo sob controle a dívida pública, sem expandir as receitas públicas.

O volume de isenções fiscais e privilégios, ainda mais quando somado às manobras fraudulentas para driblar a tributação, é imenso, podendo chegar a mais de um quarto do que é efetivamente arrecadado. Por isso, expandir a arrecadação, sem aumentar a carga de quem já paga muito imposto é, em teoria, uma estratégia acertada e viável. O problema é que, para ser efetiva, precisa do apoio do Congresso.

Com um Congresso conservador e coalhado de representantes de grupos de interesse, em que o governo está longe de contar com maioria permanente, pode-se prever uma guerra legislativa para fazer a âncora fiscal desenhada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ser efetiva. Nem tanto para aprovar seus parâmetros, mas, certamente, para a necessária ampliação da arrecadação exigida pela engenharia fiscal proposta.

O esforço para expandir a arrecadação terá de ser grande - alguns, mais céticos, acham que nem um milagre permitirá alcançar os parâmetros necessários. Só para 2024, estima-se que as receitas terão de aumentar entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões, para que o ajuste pretendido seja efetivado. O economista Sergio Gobetti, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), referência brasileira em questões fiscais, imagina que é possível, ainda que difícil. Gobetti calcula que a soma do crescimento da economia e do tamanho do ajuste pelo lado de receita pública terá de alcançar pelo menos uma expansão de 4% a cada ano, para manter a dívida no

nível atual de 76% do PIB até 2026.

Economista Sergio Gobetti, em artigo para o Blog do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas)

Alguma coisa poderia ser obtida com racionalização de gastos, conforme mostra um estudo do economista Gabriel Leal de Barros , ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão vinculado ao Senado, que acompanha as contas públicas. Por exemplo:

Reforma administrativa. Economia de R\$ 16,6 bilhões, entre 2024 e 2026, com o enxugamento das 300 carreiras hoje existentes no serviço público e eliminação de privilégios no topo da pirâmide do funcionalismo;

Consolidação de programas sociais. O redesenho e a integração de programas que hoje se sobrepõem e perdem eficácia pela descoordenação possibilitaria uma economia de R\$ 50 bilhões, entre 2024 e 2026.

Eliminação gradual do abono salarial. Estudos e mais estudos já comprovaram que o abono, um 14º salário para trabalhadores com carteira assinada e remuneração até dois salários mínimos, é caro e pouco eficiente como proteção financeira aos beneficiários. Limitando o benefício a quem recebe um salário mínimo, já haveria uma economia de R\$ 65 bilhões, entre 2024 e 2026.

O grosso do ajuste exigido pela nova âncora fiscal, sem esmagar as despesas públicas, principalmente as sociais e os investimentos públicos, contudo, teria de vir de aumentos na arrecadação. O foco, resumindo, terá de ser o ataque aos privilégios contidos no conjunto dos chamados gastos tributários e aos vazamentos, por fraude ou outras manobras, no recolhimento de tributos.

No conjunto, as isenções e os subsídios a setores e grupos de interesse chegam, chegariam, em 2024, a R\$ 486 bilhões, de acordo com as estimativas da **Receita Federal**, contidas no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), enviado pelo Executivo ao Congresso na sexta-feira (14). Mexer nesse verdadeiro vespeiro, do qual não se deve excluir a reforma tributária, será a prova de fogo do arcabouço fiscal.

Os gastos tributários, no ano que vem, representam mais de 4% do **PIB** e quase 20% do total previsto para a arrecadação de **tributos**. Exemplos entre os principais grupos beneficiários:

Empresas com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões, inscritas no Simples Nacional, deixarão de recolher, em 2024, **tributos** da ordem R\$ 118,8 bilhões.

Agricultura e agroindústria ficarão isentas do pagamento de R\$ 57,1 bilhões em **impostos**.

Em razão dos rendimentos isentos e não tributáveis no Imposto de Renda das pessoas físicas, a perda tributária alcançará R\$ 51,1 bilhões

Entidades sem fins lucrativos terão isenção de R\$ 40,2 bilhões

Zona Franca de Manaus e outras áreas consideradas de livre comércio, deixarão de recolher R\$ 35,1 bilhões.

Setor automotivo (R\$ 9,3 bilhões), Informática e automação (R\$ 8,5 bilhões), barcos e aviões (R\$ 6,5 bilhões).

Nem todos os segmentos contemplados podem ser classificados apenas como beneficiários de privilégios. Há, por exemplo, isenções e desonerações para a área de saúde -- remédios e equipamentos médicos --, que ampliam o acesso da população a seus produtos e serviços. É o mesmo caso dos recursos que deixam de ser arrecadados com incentivos fiscais a pesquisas científicas e inovação tecnológica

Segundo a Unafisco, a associação que reúne os auditores da **Receita Federal**, até 70% do total de gastos tributários embutem privilégios, com isenções ou desonerações que pouco retornam para a economia e a sociedade. Além disso, existem inúmeros vazamentos de receitas públicas.

As operações em plataformas internacionais de comércio eletrônico, agora em evidência, são apenas um exemplo desses vazamentos. A manobra fraudulenta, que consiste em enviar as mercadorias como se fossem vendidas por pessoas físicas e fracionar as compras para contê-las no limite de US\$ 50 por compra, representa perdas de receitas próximas a R\$ 10 bilhões por ano, nas estimativas da **Receita Federal**.

Também vazam taxas de exportação, que deixam de ser recolhidas com triangulações nos processos comerciais de venda internacional. Paraísos fiscais no Caribe, conforme detectado pela Receita, são

destinatários fictícios de grandes vendas externas de soja que, na verdade, se dirigem à China. No conjunto, esse tipo de elisão fiscal, nas estimativas oficiais, somaria R\$ 30 bilhões por ano.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2023/04/19/arcabouco-e-crucial-mas-futuro-de-lula-depende-de-milagre-nas-receitas.htm>

Entrevista com Reginaldo Lopes, deputado federal e coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária na Câmara

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/19/RDIOCBNBRASL>

[IAFM953DF-07.34.29-07.45.37-1681909071.mp3](#)

Governo divulga regra fiscal menos rígida



ROSANA HESSEL, RAFAELA GONÇALVES

Depois de várias idas e vindas, o governo finalmente entregou ao Congresso Nacional, ontem, a proposta do novo arcabouço fiscal, que vai substituir o teto de gastos - emenda constitucional de 2016 que limita o aumento da despesa à **inflação** do ano anterior. O projeto da lei complementar da nova âncora fiscal foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em cerimônia, no Palácio do Planalto, com a presença do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O texto foi apresentado com alguns ajustes em relação ao anunciado anteriormente, como a exclusão de receitas extraordinárias da base de cálculo para o aumento real das despesas. As receitas não recorrentes, como privatizações, concessões, permissões, royalties e dividendos das estatais não serão levadas em conta para calcular os limites de expansão de gastos.

Conforme a proposta, as despesas do governo terão crescimento real (acima da **inflação**) de 0,6% a 2,5%, limitado a 70% das receitas.

A regra ainda incluiu precatórios - dívidas judiciais do governo -, na lista de exceções para o cálculo dos gastos totais, o que está gerando desconfiança sobre a sustentabilidade do novo limite para as despesas. O arcabouço prevê metas de resultado primário (receitas menos despesas) positivos a partir de 2025. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu as

excepcionalidades. "Elas estão na Constituição. A única coisa que nós fizemos foi reproduzir no texto aquilo que já está na Constituição e que não pode ser alterado por lei complementar nem por lei ordinária", disse o ministro a jornalistas.

Haddad reforçou a necessidade de redução nas renúncias fiscais - que chegam a R\$ 600 bilhões - como fundamental para o cumprimento das metas previstas.

"Estamos querendo rever um quarto dessa renúncia para garantir a sustentabilidade fiscal do país", afirmou.

Após receber a versão final do arcabouço fiscal, Arthur Lira afirmou que "até 10 de maio" será possível aprovar o texto na Câmara. A proposta precisa de 308 votos para passar pelo Casa em dois turnos. O relator da proposta deve ser escolhido nesta quarta-feira.

Desconfiança

Apesar de ser uma demanda do mercado para sinalizar o compromisso do novo governo com a responsabilidade fiscal, projeto gerou dúvidas entre especialistas.

De acordo com analistas ouvidos pelo Correio, há risco de a nova âncora entrar para o rol de regras que não são cumpridas, a exemplo do teto de gastos, que vem sendo ampliado desde 2019.

Para eles, as exceções de itens como precatórios dos limites de gasto podem provocar "furos" no novo teto para as despesas. "É mais uma lei que não será cumprida, porque não é operacional e depende de aumento de **impostos** que dificilmente serão aprovados pelo Congresso", ressaltou o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Simão Davi Silber. Para ele, Haddad não vai conseguir apoio do Congresso para elevar a arrecadação em até R\$ 150 bilhões para cumprir as regras do novo arcabouço e as metas fiscais a partir de 2024.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset, considerou o novo arcabouço pouco crível. "Perdemos uma boa oportunidade de entregar o equivalente ao "Plano Real Fiscal", afirmou.

De acordo com um técnico da Esplanada dos Ministérios, o desenho do novo arcabouço nasce com a ideia de limite frouxo para as despesas. "O

importante, num ajuste fiscal, é limitar o gasto, mas criaram 13 exceções, incluindo precatórios do novo teto de gastos. Numa primeira visão, me parece um teto todo furado", destacou o economista, que pediu anonimato.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, reconheceu que há sempre o risco de as exceções nas despesas acabarem gerando brechas para o aumento de gastos. "Algumas dessas exceções já estavam na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, e o governo não quis mexer.

Vamos ter que acompanhar para ver se, no ano que vem, o governo não estará gastando fora da regra por esses escapes", acrescentou.

Três perguntas para

MONICA DE BOLLE, economista e pesquisadora do Peterson Institute for International Economics

Qual a sua avaliação do novo arcabouço fiscal enviado ao Congresso?

Nunca enxerguei a necessidade de um novo arcabouço fiscal.

O Brasil já tem um excesso de regras fiscais e o maior problema é a falta de um mecanismo de governança para elas serem cumpridas. E isso não temos.

Sem esse mecanismo, o Brasil dá mais um passo na direção errada. O novo arcabouço cria uma complexidade em excesso, na realidade, para uma outra meta fiscal, além das existentes, que não é necessária. Tudo o que o governo precisa para reduzir a relação dívida-Produto Interno Bruto (**PIB**), a médio prazo, está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Bastaria cumpri-la.

E como seria esse mecanismo de governança?

A discussão econômica no Brasil é de baixa qualidade e não acompanha o debate internacional. Os agentes financeiros estão por fora do que se passa no resto do mundo. Não adianta achar que a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, seria esse mecanismo, mas é um embrião.

É preciso um conselho fiscal independente, como o da União Europeia, ou CBO (Escritório de Orçamento do Congresso), nos Estados Unidos. A IFI faz um bom trabalho, mas é pequena e não tem a envergadura política para funcionar como mecanismo de governança. Por isso, é preciso uma conscientização generalizada do problema fiscal a fundo. Nós não temos um mecanismo de governança.

Então, a gente pode inventar a regra que quiser, pode fazer a regra mais bonita do mundo sem um mecanismo de governança.

Esquece. A regra vai sempre ser alterada em algum momento.

Pode ser uma regra porcaria, como foi o teto de gastos, ou pode ser uma regra mais bem feita.

E qual seria a saída?

Incluir um limite para os gastos na Constituição foi um erro ou ingenuidade. Nos últimos seis anos, a Constituição foi descaracterizada toda vez em que o teto foi alterado, em um prazo menor do que o rito tradicional de tramitação de uma emenda constitucional.

Com isso, foi aberto o espaço para o orçamento secreto. O teto foi mal feito e não podia ficar na Constituição. O importante é que ele será substituído com esse novo arcabouço, mas sem um mecanismo de governança, a nova regra também não vai funcionar. Na verdade, para conseguir a sustentabilidade da relação dívida-**PIB**, o governo não precisava enviar um projeto de lei complementar ao Congresso.

Bastava o presidente da República publicar um decreto.

O regime de metas de **inflação**, por exemplo, é uma resolução do Banco Central com força de um decreto. Se o governo quisesse fazer uma coisa razoável para ter uma âncora fiscal, ele poderia estabelecer um horizonte para a dívida-**PIB** por decreto. (RH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/19/all.pdf>

Principais pontos

O projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal chama a atenção pelo grande número de exceções e falta de regras para acompanhamento, que colocam a âncora em xeque antes de ser aprovada



NÃO ENTRAM NA BASE DE CÁLCULO DE GASTO:

- 1 Transferências constitucionais
- 2 Complementação do Fundeb
- 3 Créditos extraordinários
- 4 Transferência de fundos de saúde para piso da enfermagem (enfermeiro, técnico, auxiliar e parteira)
- 5 Gasto com projetos socioambientais e climáticos lastreados por acordos (extra) judiciais
- 6 Gasto com universidades, institutos de educação e hospitais universitários custeados com doações, convênios e receita própria
- 7 Gasto da União com obras e serviços de engenharia custeados com recursos de estados e municípios
- 8 Precatórios
- 9 Precatórios do Fundeb
- 10 Gasto com eleições
- 11 Aumento de capital com estatais não financeiras e não dependentes
- 12 Gasto com gestão de florestas do Instituto Chico Mendes
- 13 Repasse da União aos estados e municípios de receita patrimonial de venda de imóveis

CRITÉRIO DE RECEITA UTILIZADO COMO REFERÊNCIA DEDUZ:

- 1 Concessões
- 2 Dividendos
- 3 Exploração de recursos naturais (Óleo e Gás)
- 4 Transferências legais e constitucionais

BASE DA RECEITA E INFLAÇÃO

- Taxa de inflação que corrige o gasto é a realizada no 1º semestre mais a projeção do 2º semestre do ano anterior (constante da LDO)
- Taxa real de crescimento da despesa entre 0,6% e 2,5% ao ano de 2024 a 2027, limitada a 70% da receita

Fontes: PLC e Rvo Asset

Outra revolta contra impostos - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

O governo Lula se embananou com essa tentativa de diminuir o contrabando por meio de comércio eletrônico externo. É uma providência razoável: conter a concorrência desleal com o varejo brasileiro e arrecadar uns dinheiros a mais.

A espuma dessa minicrise pode se dissipar em dias. Não era assunto maior, embora tenha nublado a divulgação do plano de arrumar as contas públicas, enviado nesta terça-feira ao Congresso -mais sobre isso mais adiante neste texto.

Mais importante é que trata-se apenas de uma tentativa miúda de arrecadar mais **impostos**. Muitas e maiores virão. No entanto, até agora o governo não apresentou um plano claro, uma proposta de acordo político e social, a fim de arrecadar mais.

Para piorar, diz que não quer aumentar a "carga tributária". Quer e precisa aumentar a carga. Cria ainda mais confusão e ilusão ao dizer que vai diminuir o IR da Pessoa Física.

Sem aumento de carga, a "Nova Regra Fiscal", o "arcabouço fiscal", o teto de Lula ou "calabouço fiscal" (no dizer da esquerda), não para em pé. Se o governo se enrola com uma mera tentativa de conter sonegação e de arrecadar R\$ 8 bilhões, quanto problema terá para aumentar a receita em R\$ 150 bilhões?

Favor prestar atenção: até 2026, o governo precisa arrumar uns R\$ 150 bilhões além do aumento regular da arrecadação, derivado de crescimento econômico ou de alguma bonança. De outro modo, não vai fazer superávit suficiente (receita menos despesa, desconsiderados gastos com juros). Se não houver superávit, a dívida pública continuará a crescer, com efeitos sobre taxas de juros e câmbio ("preço do dólar") e, pois, sobre o crescimento da economia.

Não interessa se a tentativa de conter a sonegação causou revolta porque foi mal compreendida ou por ter sido muito bem entendida. O fato é que o governo passou duas semanas escorregando em casca banana e acabou engolindo a banana com casca e tudo, tendo de voltar atrás em uma das providências. Já era difícil recolher o dinheiro da sonegação; agora,

mesmo que uma nova regulação funcione, deve arrecadar menos.

Em suma, ficou claro que aumento ou cobrança devida de **impostos** causa revolta. Ainda neste ano, o governo quer voltar a cobrar R\$ 88 bilhões de isenção de **impostos** federais provocada por um tipo de isenção tributária estadual (via ICMS). Isso vai dar problema. Parte do varejo já está em revolta, agora ainda mais irritado porque o governo talvez não consiga conter o shopping muamba virtual.

Mais adiante, provavelmente no final do ano ou começo do que vem, Lula ou a Fazenda, pelo menos, tentarão derrubar outras isenções de **impostos**. Se não houver clareza de rumo, discussão nacional, acordo social e político organizado, vai ser muito difícil fazer esse remédio descer pela goela do país.

Quanto ao texto do "novo arcabouço fiscal", o teto de Lula, era o sabido. De mais importante, até agora incerto, foi a definição do que é receita, o que influencia, claro, a definição de quanto a despesa pode aumentar.

Não vão entrar na receita os dinheiros de dividendos de estatais, entre outras restrições mais óbvias (como recursos de concessões, venda de patrimônio e ganhos com commodities, grosso modo e na prática).

Qual a vantagem? Não se pode tratar como permanente a receita derivada de uma alta grande de preços de petróleo ou pagamentos grandes de dividendos de estatais. São receitas muito variáveis. Como o crescimento da despesa equivale ao 70% do aumento da receita, poderia haver alta de despesa baseada em dinheiro que logo poderia secar. É receita extraordinária e, pois, deve ser utilizada para se pagar dívida. Foi o que não se fez no Brasil do começo da década passada. Foi o que ajudou a quebrar o país.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50251&maxTouch=0&_ga=2.23236602.1767190655.1681885383-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

As boas notícias da economia dos EUA



Produção da Ford em Dearborn, Michigan; EUA têm quase um terço a mais de trabalhadores do que em 1990

Se há uma coisa com que os americanos de todo o espectro político podem concordar é que a economia está quebrada. Donald Trump, que via o comércio como uma fraude e seu país em declínio, tomou posse prometendo tornar os Estados Unidos grandes de novo. O presidente Joe Biden está gastando US\$ 2 trilhões (cerca de R\$ 9,9 trilhões) para reconstruir a economia, na esperança de reconstruí-la melhor. Os americanos estão preocupados. Quase 80% deles responderam aos pesquisadores que seus filhos estarão em piores condições do que eles estão, o maior registro desde o início da pesquisa, em 1990, quando apenas cerca de 40% estavam tão pessimistas.

A última vez em que tantos acreditavam que a economia estava numa situação tão terrível foi em plena crise financeira de 2007-2008.

Entretanto, a preocupação ofusca uma história de sucesso brilhante - uma experiência de desempenho superior, mas pouco valorizada.

Os EUA continuam sendo a economia mais rica, mais produtiva e mais inovadora do mundo. De acordo com um número impressionante de medidas, o país está cada vez mais fazendo os pares comerem poeira.

Começando com a medida conhecida de sucesso econômico: o **PIB**. Em 1990, os EUA eram responsáveis por 25% da produção mundial, segundo as taxas de câmbio de mercado.

Trinta anos depois esse número quase não mudou, embora a China tenha conquistado influência econômica. O domínio dos EUA entre os países ricos é surpreendente.

Hoje, o país é responsável por 58% do **PIB** do G7, em comparação com 40% em 1990. Ajustado pelo poder de compra, apenas aqueles em petroestados e centros financeiros super-ricos desfrutam de uma renda per capita maior. A média de renda cresceu muito mais rapidamente do que na Europa ocidental ou no Japão. Também ajustando pelo poder de compra, ela passa de US\$ 50 mil no Mississippi, o Estado mais pobre dos EUA, acima da média na França.

TRABALHO.

O registro é igualmente impressionante para muitos dos ingredientes do crescimento. Os EUA têm quase um terço a mais de trabalhadores do que em 1990, em comparação com um décimo na Europa ocidental e no Japão. E, talvez surpreendentemente, mais deles têm diploma universitário e pós-graduação.

É verdade que os americanos trabalham, em média, mais horas do que os europeus e os japoneses. Porém, eles são significativamente mais produtivos do que ambos. As empresas americanas são donas de mais de 20% das patentes registradas fora dos EUA, mais do que a China e a Alemanha juntas.

Todas as cinco maiores ferramentas de pesquisa e desenvolvimento corporativo são americanas; em 2022, elas gastaram US\$ 200 bilhões (R\$ 997 bilhões). Os consumidores de todo o mundo se beneficiaram de suas inovações em campos diversos, desde o laptop e o iPhone até os chatbots de inteligência artificial. Os investidores que aplicaram US\$ 100 (R\$ 498) no S P 500 em 1990 teriam mais de US\$ 2 mil (R\$ 9,9 mil) hoje, quatro vezes o que teriam ganhado se tivessem investido em outros países do mundo rico.

BENEFÍCIOS MENOS GENEROSOS.

Uma resposta rápida para isso talvez seja o fato de os americanos trocarem rendas maiores por benefícios menos generosos.

Os gastos dos EUA com benefícios sociais, em proporção ao seu **PIB**, são de fato muito mais mesquinhos do que os de outros países.

Mas esses benefícios se tornaram mais europeus e, conforme a economia crescia, eles aumentaram ainda mais rapidamente.

Os créditos fiscais para trabalhadores e crianças se

tornaram mais generosos.

O seguro saúde para os mais pobres foi ampliado, principalmente sob o governo de Barack Obama.

Em 1979, os benefícios calculados com base na renda recebida representavam um terço do salário dos americanos mais pobres fora os **impostos**; em 2019, eles chegaram a dois terços. Graças a isso, a renda dos 20% mais pobres nos EUA aumentou em termos reais 74% desde 1990, muito mais do que no Reino Unido.

Para o mundo como um todo, o desempenho superior dos EUA diz muito sobre como crescer. Uma lição é que o tamanho importa. Os EUA se beneficiam de um grande mercado de consumo para distribuir os custos com pesquisa e desenvolvimento e de um vasto mercado de capitais para conseguir apoio financeiro.

Só a China, e talvez um dia a Índia, pode se gabar de um poder de compra dessa escala. Outros países tentaram imitá-lo. Mas, mesmo os europeus, os que chegaram mais perto disso, têm tido dificuldade de se tornar um verdadeiro mercado único.

As diferenças nas leis de falência e nos termos contratuais, ao lado de uma variedade de barreiras regulatórias, impedem que banqueiros, contadores e arquitetos promovam serviços fora do país de origem.

POPULAÇÃO JOVEM.

O tamanho e a qualidade da mão de obra também são importantes.

Os EUA são favorecidos por uma população mais jovem e uma taxa de fertilidade maior do que a de outros países ricos. Isso talvez não seja facilmente remediado em outros lugares, porém os países podem pelo menos se inspirar na grande parcela de imigrantes dos EUA, que em 2021 representavam até 17% de sua mão de obra, em comparação com menos de 3% no Japão com sua população idosa.

Outra lição é o valor do dinamismo.

Montar um negócio é fácil nos EUA, assim como reestruturá-lo em razão de uma falência. A flexibilidade do mercado de trabalho ajuda o emprego a se adaptar aos padrões variáveis de demanda.

Muitos dos profissionais nos EUA que foram demitidos da Alphabet e de outras empresas de tecnologia no início do ano já estão aplicando suas cobiçadas habilidades em outros lugares ou abrindo suas próprias empresas. Na Europa continental, por outro lado, as empresas de tecnologia ainda estão

negociando as demissões e talvez pensem duas vezes antes de fazer novas contratações no futuro.

Os americanos devem considerar o desempenho da economia animador. Se a história funcionar como guia, os padrões de vida vão continuar a subir para a próxima geração, mesmo enquanto o país arca com os custos da descarbonização da economia.

Contudo, por mais resiliente que tenha sido o recorde de crescimento, existem fantasmas.

A classe média tem visto sua renda após os descontos dos **impostos** aumentar menos do que a dos mais pobres e dos mais ricos. Um grupo de pessoas passou por um período de grandes dificuldades.

A parcela de homens americanos em idade ativa que não trabalham vem aumentando há anos e é maior do que a do Reino Unido, da França e da Alemanha.

E a expectativa de vida nos EUA fica vergonhosamente atrás da de outros países ricos, sobretudo por causa dos inúmeros jovens morrendo por overdose de drogas e da violência armada. O combate a esses problemas deverá ser mais fácil quando a economia como um todo estiver crescendo. Mas a política tóxica dos EUA não ajuda.

INTERFERÊNCIA POLÍTICA.

Além disso, quanto mais os americanos pensarem que sua economia é um problema que precisa de ser resolvido, maiores são as chances de os políticos estragarem os próximos 30 anos. Embora a abertura dos EUA tenha trazido prosperidade para suas empresas e seus consumidores, tanto Trump como Biden recorreram ao protecionismo e à política de imigração de forma tóxica. Os subsídios podem impulsionar o investimento em áreas desfavorecidas no curto prazo, mas correm o risco de enfraquecer os incentivos do mercado à inovação. Mais cedo ou mais tarde, eles também vão consolidar o lobby ineficaz e que distorce fatos.

Tanto a ascensão da China quanto a necessidade de combater as mudanças climáticas oferecem novos desafios aos EUA. Mais uma razão, portanto, para lembrar o que impulsionou sua longa e bem-sucedida experiência.

I TRADUÇÃO ROMINA CÁCIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arcabouço fiscal é insuficiente para zerar déficit (Editorial)

O Projeto de Lei Complementar com o novo arcabouço fiscal encerra meses de suspense em torno do formato preciso das regras que o governo propõe para doravante reger a disciplina das contas públicas.

O fim da expectativa e da ansiedade em torno do substituto do teto de gastos marca, porém, apenas o início dos desafios para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O primeiro e mais óbvio desafio é político.

Lula não tem maioria sólida no Congresso, é refém de negociações com políticos do Centrão e precisa convencer o próprio PT e seus aliados de esquerda da necessidade de disciplina fiscal para a economia brasileira recobrar o rumo do crescimento. Houve boa vontade do mercado financeiro e de lideranças partidárias com as ideias apresentadas, mesmo assim a negociação para valer começa agora. Será afetada pelo segundo desafio, nada óbvio: fazer as regras funcionarem.

Enquanto o teto de gastos é uma regra simples, que pode ser explicada em poucas palavras -as despesas são corrigidas pela **inflação** do ano anterior -, o novo arcabouço é cheio de ressalvas e desvios que exigem, para calcular cenários, um algoritmo nada trivial. Os limites aos gastos são variáveis, sujeitos a critérios que despertam confusão mesmo entre economistas experientes.

Na essência, as despesas sempre aumentarão, entre 0,6% e 2,5% acima do **PIB**, numa proporção equivalente a no máximo 70% do aumento das receitas.

Mas há uma quantidade enorme de exceções: 13 tipos de despesa não estarão sujeitas aos limites. Em especial, as garantias constitucionais para as áreas de saúde e educação farão com que essas rubricas orçamentárias cresçam mais, pressionando todas as outras.

Ao mesmo tempo, o projeto relaxa controles em vigor desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, do ano 2000, eliminando a exigência das avaliações bimestrais de gastos que resultam em contingenciamento de despesas sempre que a meta de resultado primário

está em risco. Desse modo, será mais difícil segurar a torneira dos gastos justamente nos momentos necessários.

Embora o projeto mantenha o compromisso com a meta de resultado primário -o objetivo é, de acordo com Haddad, zerar o déficit já em 2024 -, não cria sanção eficaz em caso de descumprimento.

Apenas limita o crescimento das despesas no ano seguinte a 50% da alta de receitas apurada no ano anterior. Num universo em que a despesa cresce em qualquer situação, isso não é propriamente um incentivo à austeridade e ao controle dos gastos.

Reside precisamente nesse ponto a principal deficiência do arcabouço.

Como as despesas sempre crescem - no mínimo 0,6% -, há um estímulo implícito ao governo para ampliar receitas se quiser cumprir as metas. Sem aumentar a arrecadação, as regras não sustentam a promessa de superávits.

Cálculos preliminares estimam ser necessários mais R\$ 300 bilhões em **impostos** para cumprir os compromissos de Haddad. A arrecadação prevista em 2023 é de R\$ 5,3 trilhões -e não é fácil ampliá-la, como mostra a confusão em torno da simples tentativa de acabar com a sonegação na compra em sites asiáticos, que renderia meros R\$ 8 bilhões. Da forma como o projeto foi apresentado, portanto, há duas alternativas: ou as metas não serão cumpridas, ou haverá aumento brutal de carga tributária, que o Congresso precisará aprovar. Nenhuma delas é boa.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Não faz sentido subsidiar gasodutos com dinheiro da estatal do pré-sal (Editorial)

Enquanto o Ministério da Fazenda se desdobra para fechar as contas do novo arcabouço fiscal e garantir o apoio necessário à aprovação no Congresso, está em curso uma nova articulação com potencial para deteriorar ainda mais as contas públicas. Desta vez, o objetivo é obter subsídios para construir e operar gasodutos, sob o pretexto de "baratear" o preço do gás.

A iniciativa vai na contramão da necessidade imposta pelas novas regras para as contas públicas: reduzir o custo anual de mais de R\$ 400 bilhões em incentivos fiscais. Essa realidade incômoda não foi capaz de evitar uma perniciosa confluência de interesses, em detrimento do contribuinte.

De um lado, estão empresas interessadas em implementar as determinações impostas pela lei de privatização da Eletrobras: instalar termelétricas a gás em regiões onde o nível de consumo não justifica o investimento. Do outro, o dirigismo do governo petista, interessado em "reindustrializar" o país com base na energia do gás.

O plano foi lançado em março numa reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice e também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Na ocasião anunciou-se uma Medida Provisória para aumentar a oferta e o consumo de gás natural, principalmente do pré-sal, hoje queimado ou reinjetado nos poços, por não haver gasodutos para aproveitá-lo.

Não falta engenhosidade para conseguir ajuda do Estado com dinheiro do contribuinte. Pela proposta em estudo, o Ministério de Minas e Energia usaria a estatal Pré-Sal Petrobras S.A. (PPSA), subsidiária da Petrobras, para subsidiar a construção dos gasodutos e sua operação.

Parte do óleo que a empresa recebe como pagamento pela exploração seria vendida para subsidiar as empresas privadas encarregadas de construir e manter os gasodutos que abastecerão as térmicas impostas pela lei de privatização da Eletrobras, já apelidados pelo mercado com a alcunha "Brasduto".

A tentativa de capturar recursos do Tesouro para bancar os gasodutos usa como justificativa o barateamento do preço do gás. É um argumento pouco convincente. Há dois anos, o Congresso aprovou a Nova Lei do Gás, também com a intenção de incentivar a concorrência e baixar o preço. Não houve mais concorrência, nem o preço caiu, já que ele flutua segundo a oferta e a demanda.

É lamentável que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo planejamento do setor elétrico, não tenha sido ouvida. Outro problema é o Congresso ter assumido o papel de definir investimentos no setor elétrico, inventando termelétricas e gasodutos país afora. A atribuição cabe à autoridade reguladora, a Aneel. Se a ideia dos subsídios for levada adiante, o brasileiro pagará em dobro pelos erros: como consumidor, na conta de luz mais cara, e como contribuinte, com mais subsídios a corroer a arrecadação de **impostos**.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Investimentos em estatais ficam fora de limite de gastos

Fábio Pupo e Nathalia Garcia

O governo inseriu em sua proposta de arcabouço fiscal uma lista de mais de dez itens que ficarão de fora do novo limite de gastos a ser criado a partir do ano que vem. O texto, apresentado nesta terça (18) ao Congresso, tira do alcance da trava repasses a municípios para o pagamento do piso da enfermagem, recursos destinados a acordos com precatórios e aportes em empresas estatais.

A proposta contém excepcionalidades à regra que até agora não haviam sido anunciadas pelo governo. Caso a proposta seja aprovada dessa forma para as estatais, por exemplo, o governo poderá manter o livre repasse de recursos a empresas públicas sem que esse investimento comprometa o espaço disponível para as demais despesas federais.

A liberação de aumento de capital em empresas públicas é semelhante à que vigora no atual teto de gastos -que será revogado quando o novo arcabouço for sancionado. A proposta do governo mantém a previsão no novo regime, com uma diferença.

A nova proposta tira desse trecho as empresas financeiras -ou seja, eventuais investimentos feitos em bancos públicos como a Caixa e o BNDES consomem o espaço de despesas disponível. O mesmo acontece no caso de estatais dependentes do Tesouro, como previsto no modelo atual do teto.

O recurso de ter investimento s fora do teto em estatais foi um instrumento usado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) que já chamou a atenção do TCU (Tribunal de Contas da União) por criar uma espécie de orçamento paralelo. O então presidente liberou um crédito extraordinário de R\$ 7,6 bilhões para capitalizar a Emgepron, estatal militar que fabrica embarcações para a Marinha, no apagar das luzes de 2019.

A pasta direcionou recursos a título de aumento de capital para a estatal, que posteriormente adquiriu embarcações para a operarem na base de pesquisa na Antártida. Com essa manobra, o Ministério da Defesa se livrou de despesas em seu balanço.

O relator do processo, ministro Bruno Dantas, apontou na época indícios de terceirização de despesas de

ministérios para estatais. Mesmo com as ressalvas, no entanto, as contas de Bolsonaro naquele exercício foram aprovadas.

O governo afirma que a lista de medidas segue a lógica empregada no teto de gastos. Além da operação com estatais, o governo Lula também prevê em sua proposta a retirada da limitação de despesas do pagamento de precatórios que forem alvos de acordos com desconto.

Desde 2021, quem tem direito aos recursos e não foi pago em decorrência da emenda dos Precatórios (que alterou o mecanismo de pagamento desses papéis) pode optar por receber com 40% de desconto.

Além disso, ficam de fora do alcance da trava despesas com créditos extraordinários -como previsto na regra do teto hoje. Os instrumentos são asados para casos imprevisíveis e urgentes, como os decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Também fica de fora dos limites de despesas do novo arcabouço uma série de recursos repassados a estados e municípios.

Entre eles, transferências constitucionais, repasses aos fundos de saúde dos entes e complementação do Fundeb.

Além disso, não estarão no limite recursos repassados à gestão de governadores e prefeitos quando resultantes de concessão florestal em áreas da União, além do dinheiro enviado quando obtido com a venda de imóveis localizados na área dos entes.

A proposta também flexibiliza a necessidade de bloquear recursos durante o ano para cumprir a meta de superávit fiscal.

Hoje, a legislação determina que o governo precisa elaborar relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas prevendo se os números estão compatíveis com o objetivo a ser perseguido no ano. Caso os dados mostrem uma potencial frustração, os números precisam ser contingenciados.

A legislação atual inclusive prevê o risco de penalidade para os agentes públicos se eles não

promoverem o bloqueio de verba em caso de necessidade. Na proposta do governo, essa mudança na limitação de recursos passa a ser opcional.

A visão de integrantes do governo é que a necessidade de bloqueio de recursos vai estar presente de qualquer forma porque, caso o resultado fique desequilibrado, a penalidade virá em forma de menor expansão de despesas no ano seguinte.

Reajuste de despesas adotado após manobra de Guedes é mantido

O governo escolheu em seu novo arcabouço fiscal a **inflação** do ano inteiro de 2023 para reajustar base do limite de despesas para 2024, adotando uma opção que dá alívio extra para as despesas do ano que vem em comparação ao cenário em que o indicador até o meio do ano (acumulada em 12 meses) fosse o escolhido.

Até 2021, o teto de gastos previa que a limitação crescerá com base na **inflação** acumulada em 12 meses encerrados em junho. Naquele ano, no entanto, o então ministro Paulo Guedes (Economia) articulou mudança por via emenda constitucional para passar a considerar o intervalo de janeiro a dezembro (mais vantajoso na ocasião) e abrir espaço para mais gastos.

Em sua proposta de novo arcabouço fiscal, o governo poderia escolher a base de correção -já que o teto de gastos será revogado. E decidiu que o limite de despesas para o Executivo e os demais Poderes em 2024 asará como base os números de 2023 acrescidos pela **inflação** a ser verificada em todo o ano (além do crescimento real dos gastos, que ficará entre 0,6% e 2,5%).

A escolha por esse mecanismo favorece as despesas em 2024 porque o IPCA está vindo abaixo do esperado e deve continuar em desaceleração até meados de 2023, para, no segundo semestre, voltar a acelerar. O acumulado em 12 meses terminados em março, por exemplo, ficou em 4,65% -enquanto a previsão do mercado para o ano cheio é de 6,01%.

Até então, o governo indicava que o cálculo para o crescimento real dos gastos seria feito usando números até meados do ano (com base, principalmente, na receita líquida acumulada em 12 meses encerrados nesse período), mas sem o detalhe de como ficaria o cálculo da **inflação**. O texto, agora, traz o funcionamento.

O que ficará fora da base de cálculo e dos limites das despesas:

Transferências constitucionais a estados e municípios e ao fundo do DF a título de ensino, repartição com recursos de petróleo e repartição tributária

Complementações do Fundeb a estados e municípios

Transferências legais a estados e municípios de recursos obtidos com concessão florestal

Transferências aos fundos de saúde de estados e municípios para complementar recursos para o cumprimento dos pisos nacionais da enfermagem

Créditos extraordinários, liberados em casos imprevisíveis e urgentes (como os decorrentes de guerra)

Despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações, além de despesas com projetos custeados por acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais

Despesas das universidades e instituições federais, e das empresas públicas da União prestadoras de serviços para hospitais universitários federais, quando custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios

Despesas custeadas com recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia

Despesas com acordos de precatórios a serem pagos com desconto

Despesas com precatórios do Fundef devidos a estados e municípios

Despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições

Despesas com aumento de capital de empresas estatais não financeiras e não dependentes

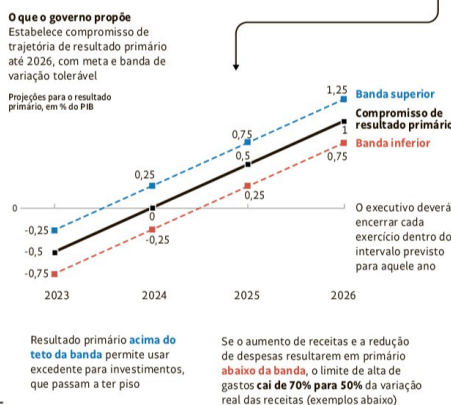
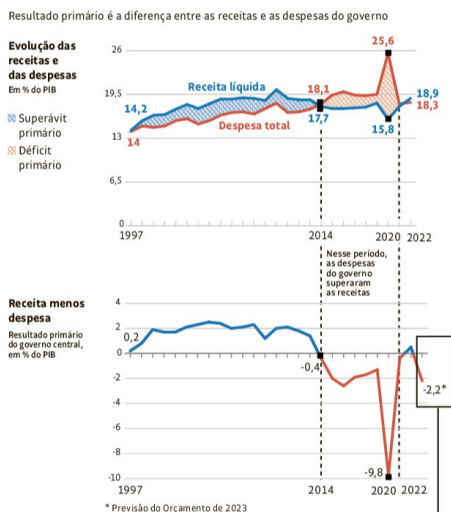
Despesas relativas à cobrança pela gestão de recursos hídricos da ANA

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50251&maxTouch=0&_ga=2.23236602.1767190655.1681885383-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Entenda a proposta do governo para o controle das contas públicas

1
Meta de resultado primário



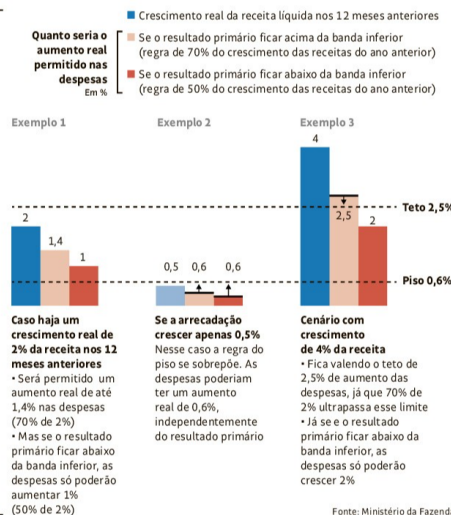
2
Aumento das despesas deve seguir receitas



3
Aumento das despesas terá teto e piso

Independentemente do ritmo da receita, a alta da despesa ficará sempre entre 0,6% e 2,5%

Exemplos



Dividendos e concessões são excluídos do cálculo de receitas de arcabouço



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante reunião nesta terça-feira (18) Gabriela Biló/Folhapress

Fábio Pupo

O governo bateu o martelo sobre como vai ser calculada a receita que determinará o crescimento das despesas nos próximos anos. O texto enviado ao Congresso nesta semana deixará quatro itens fora das contas, de acordo com o relatado à Folha.

O governo vai tirar toda a arrecadação com concessões e permissões, dividendos e participações pagos por estatais, e ganhos com a exploração de recursos naturais (o que compreende principalmente royalties com petróleo) -além da conta com transferências constitucionais feitas a estados e municípios.

O formato final era aguardado por analistas por afetar diretamente os cenários para o resultado primário e o endividamento público nos próximos anos.

Isso porque a arrecadação vai ditar quanto os gastos crescerão em termos reais, na proposta do governo. Se a arrecadação crescer menos, os gastos também crescem menos.

Os gastos avançarão em termos reais o correspondente a 50% ou 70% da evolução real das receitas verificadas no ano anterior, a depender do resultado primário (e sempre tendo como resultado final para eles um crescimento real final de 0,6% a 2,5%).

PUBLICIDADE

O mercado também aguardava qual seria o período para calcular a arrecadação que baseia a despesa. O

governo havia anunciado em um primeiro momento que usaria o acumulado de 12 meses terminados em junho, mas depois disse que isso ainda estava em discussão.

"A gente estava pensando em prever [até fevereiro] na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada em abril], podendo atualizar [até junho] no PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual, enviado em agosto]. Alguns [disseram] "vai dar confusão, podendo [a classe política] utilizar o melhor de um dos períodos"', afirmou o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, em entrevista à Folha.

Agora, o texto define que será, de fato, usada a receita acumulada em 12 meses encerrados em junho do exercício anterior ao do Orçamento.

Na visão do governo, a retirada dessas receitas é necessária para que não seja gerado um crescimento permanente das despesas ao longo dos anos baseado em receitas não-recorrentes (isto é, que não se repetem nos demais exercícios).

A retirada, no entanto, pode levar a uma maior limitação das despesas. Até fevereiro, por exemplo, a receita líquida total acumulada em 12 meses teve avanço real de 4,2% contra um ano antes. Já a que desconta concessões, dividendos e royalties, de 0,2%.

Felipe Salto, economista-chefe da corretora Warren Rena e ex-diretor executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas), calcula que haverá uma queda real nas receitas de 0,7% até meados do ano já considerando os itens excluídos pelo governo.

Como mostrou a Folha, as regras podem deixar a expansão de gastos mais restrita do que a imaginada pelo governo -que chegou a sinalizar um avanço real de 2,5% nas despesas em 2024.

Diante das menores receitas, analistas vêm calculando que a expansão vai ser apenas o equivalente ao piso do arcabouço -de 0,6%.

No governo, no entanto, é repetida a informação de que a expansão de receitas do ano que vem não vai ficar na menor possível e que vai ser feito o possível para ser elevado esse percentual -embora ainda não

se detalhe como.

Lula terá de explicar descumprimento de meta ao Congresso

O arcabouço fiscal prevê que o presidente da República forneça explicações ao Congresso caso seja verificado um eventual descumprimento da meta de resultado das contas públicas.

A explicação seria feita por meio de uma mensagem aos parlamentares até o fim de maio do exercício seguinte ao do descumprimento. Além disso, o presidente precisará elencar medidas de correção das contas.

Apesar disso, o texto prevê que o descumprimento da meta não vai configurar infração da lei sendo apresentada.

Na visão do governo, a lógica é semelhante à que funciona no atual regime de metas de **inflação** do Banco Central. Caso a autoridade monetária não consiga cumprir os percentuais determinados pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), não é responsabilizado -mas precisa redigir uma carta se justificando.

Em janeiro, por exemplo, o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, enviou a mais recente carta de um chefe da autarquia ao Ministério da Fazenda para explicar o descumprimento da meta de **inflação**.

Essa foi a sétima carta escrita pelo BC desde a criação do sistema de metas para a **inflação**, em 1999, e a segunda de autoria do atual presidente da autarquia. No texto, o chefe da autarquia atribuiu o estouro da meta de **inflação** de 2021 a itens como **inflação** herdada do ano anterior, fenômenos globais e retomada na demanda de serviços e no emprego após a reabertura da economia.

O texto também prevê que, até o fim de fevereiro, o Executivo avaliará o cumprimento das metas de resultado primário no ano imediatamente anterior em audiência pública em comissão do Congresso.

O governo enviou ao Congresso na sexta-feira (14) a meta central de resultado primário para o ano que vem de déficit zero, com um intervalo de 0,25% do **PIB** para cima ou para baixo. Com isso, a meta de 2024 pode variar de um déficit de até R\$ 28,7 bilhões a um superávit no mesmo montante (no caso do limite superior, é possível ultrapassá-lo).

O governo conta com uma expansão da receita líquida acima da média e poucas vezes registrada na história para alcançar o cenário de déficit zero nas contas

públicas no ano que vem. Os dados considerados pela administração petista apontam para um avanço real acima de 8% em 2024 (para R\$2,1 trilhões), enquanto a série do Tesouro Nacional registra um crescimento real médio de 4,8% nos últimos 25 anos.

Os números, enviados pelo governo ao Congresso na sexta por meio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), mostram quanto o plano fiscal do ministro Fernando Haddad (Fazenda) depende de uma expansão da arrecadação para buscar o reequilíbrio das contas públicas -expectativa da equipe econômica baseada tanto em uma melhora da atividade econômica como em novas medidas para obtenção de receitas.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50251&maxTouch=0&_ga=2.23236602.1767190655.1681885383-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Bolsa sobe 0,14%, e dólar avança 0,81%, a R\$ 4,976

O Ibovespa e o dólar fecharam em alta ontem, com investidores repercutindo a apresentação do texto final do arcabouço fiscal. O principal índice da B3 subiu 0,14%, aos 106.163 pontos, refletindo o ganho de papéis ligados a commodities graças ao crescimento acima do previsto do **PIB** chinês (leia na página 15).

Já o dólar comercial avançou 0,81%, a R\$ 4,9760, tendo registrado a máxima de R\$ 4,9963 durante o pregão. A apresentação do arcabouço fiscal desacelerou o avanço da moeda americana, mas não foi suficiente para impedir que fechasse em alta.

-A reação foi de certa forma neutra, já que veio em linha com o que o mercado esperava. O fato de não entrarem na conta das despesas as receitas extraordinárias é positivo, mas alguns itens ficaram fora da regra -disse o operador de renda variável da Manchester Investimentos, Guilherme Paulo.

Para a chefe de Economia da Rico, Rachel de Sá, o texto proposto não muda a perspectiva com relação à regra fiscal.

Já Paulo aponta como negativo o fato de o texto deixar claro que o descumprimento da meta não configura infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): -Já vimos que as regras no Brasil acabam gradativamente sendo derrubadas.

Na B3, as ações ordinárias (ON, com voto) da Vale subiram 0,86%, e as da CSN avançaram 1,91%. As preferenciais (PN, sem voto) da Usiminas ganharam 0,93%. Petrobras ON e PN subiram 2,57% e 2,55%, respectivamente. (Vitor da Costa)

Em caso de descumprimento, presidente terá de se explicar ao Congresso

O projeto de lei do novo arcabouço fiscal do país estabelece que o presidente da República precisará se justificar ao Congresso Nacional caso o governo não cumpra as metas de resultado das contas públicas. O presidente também terá que apontar medidas para corrigir o rumo das contas do governo.

De acordo com o texto, divulgado pelo Ministério da Fazenda, caso a meta de resultado primário não seja cumprida, "o presidente encaminhará mensagem ao Congresso Nacional, até 31 de maio do exercício seguinte, com as razões do descumprimento e as medidas de correção." O texto deixa claro, porém, que o descumprimento da meta não configura infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Uma infração à LRF pode gerar até mesmo impeachment de um presidente da República. Hoje, a LRF manda o governo cumprir uma meta estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A meta continua existindo. O que muda é que ela deixa de ser uma imposição.

Pelo novo arcabouço fiscal, as contas públicas perseguirão uma meta de resultado, que pode variar. Hoje essa meta é fixa.

Em 2024, a meta é zerar o déficit. Considerando a variação, esse resultado pode ficar entre 0,25% do **PIB** de superávit e 0,25% do **PIB** de déficit.

A economista Elena Landau, ex-diretora do BNDES, diz que o texto não deixa claro se haverá outras penalidades em caso de descumprimento de metas. A previsão no texto é que o limite de gastos autorizados cairia de 70% do aumento das receitas para 50%.

-É uma regra super complexa, feita para substituir uma simples que foi furada pelo governo anterior. Não há uma punição clara em caso de descumprimento das metas, e a negociação começa mal porque se parte de um patamar já alto estabelecido pela "PEC da Transição" -afirma ela, em referência aos R\$ 168 bilhões autorizados pela PEC fora do teto este ano.

A economista também criticou o volume de exceções previstos na regra, como a ideia de deixar de fora o parcelamento dos precatórios.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB

Associados, o novo arcabouço prevê "mimetizar o que o Banco Central faz em caso de descumprimento de metas, no caso, fazer uma carta ao Congresso quando não se cumpre." -O governo vai explicar o que vai fazer, os ajustes que promoverá, mas isso é insuficiente. O arcabouço não tem sinalização clara de penalidade em caso de descumprimento, e o risco é ser uma letra morta -ressalta.

Para ele, a redução do limite de crescimento de receita é "uma penalização frágil e pequena para o tamanho do déficit" do Brasil.

A meta do governo é zerar o déficit público em 2024. Mas, para Vale, será necessário fazer mudanças na proposta durante a tramitação para assegurar que esse alvo seja atingido. Ele calcula que, para estabilizar a dívida brasileira, o país precisaria de superávit primário de 2,5% do **PIB**. De acordo com as previsões do governo, o país deve ter superávit de 1% do **PIB** em 2026.

-Muita coisa ficou fora na regra, e não sabemos o que isso vai representar no Orçamento de 2024. Os precatórios, principalmente -diz Vale. (Manoel Ventura, João Sorima Neto elvan Martínez-Vargas)

PIB da China sobe 4,5% no primeiro trimestre



Consumo. Movimento em ruas comerciais de Xangai: a recuperação das vendas após as restrições da Covid ajudou o PIB a ter um crescimento acima do previsto

DA BLOOMBERG NEWS PEQUIM

A economia chinesa registrou no primeiro trimestre o maior crescimento em um ano, o que coloca Pequim a caminho de atingir sua meta de expansão em 2023, em torno de 5%, sem a necessidade de estímulos adicionais. Isso também contribuiu para proteger a economia global no caso de uma desaceleração.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) da China cresceu 4,5% nos três primeiros meses deste ano, frente ao mesmo período de 2022, informou ontem o governo. O dado superou as projeções de analistas, de 4%, e indica uma recuperação mais rápida do que o esperado da segunda maior economia do mundo, com o fim da política de Covid zero.

BANCOS ELEVAM PROJEÇÃO A avaliação é que os gastos do consumidor e um gasto maior do governo em infraestrutura ajudaram a impulsionar esse crescimento. No quarto trimestre de 2022, o **PIB** da China cresceu apenas 2,9%, devido às medidas sanitárias contra a pandemia.

Após a divulgação do **PIB**, os bancos Citigroup e Société Générale elevaram suas projeções para o **PIB** chinês no ano para 6,1% e 6%, respectivamente. E a S P Global Ratings disse que pode subir sua atual previsão, de 5,5%.

-A recuperação do consumo deve dar algum alívio aos legisladores, sendo mais um motivo para que eles comecem a pensar em reduzir a generosidade da política monetária -disse Louis Kuijs, economista-chefe da S P para a região Ásia-Pacífico.

O governo informou ainda que, em março, as vendas do varejo saltaram 10,6% na comparação anual, a maior alta para um mês desde junho de 2021. A expectativa era avanço de 7,5%. Já a produção

industrial cresceu 3,9%, abaixo das projeções, de 4,4%.

Ainda em março, o desemprego em áreas urbanas recuou de 5,6% para 5,3%. O desemprego entre jovens, no entanto, subiu para 19,6%.

Os dados de março sinalizam que a recuperação do desempenho de 2022 -quando os lockdowns e uma crise no mercado imobiliário derrubaram o **PIB** para patamares dos anos 1970 -será gradual, não em forma de "V".

Em relatório, Chang Shu e Eric Zhu, economistas do banco Goldman Sachs, classificaram o salto nas vendas do varejo em março como uma "surpresa agradável", mostrando que o consumo foi um dos principais motores da recuperação pós-Covid. Mas eles consideraram preocupante o dado de investimento em ativos fixos -a alta foi de 5,1% no primeiro trimestre, contra projeção de 5,7%.

QUEDA EM CELULARES Um fator de preocupação é a produção de semicondutores, que caiu quase 15% no primeiro trimestre, na comparação anual. E a fabricação de smartphones encolheu 13,8%. Com a disputa política entre Pequim e Washington, marcas como a Apple vêm buscando levar sua produção para outros países, como Índia e Vietnã.

A China, porém, continua a ser crucial para a economia mundial. Segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), juntas, China e Índia responderão por metade da expansão global este ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeto desperta reações mistas nos economistas, com críticas ao número elevado de exceções

Rafael Vazquez, Marcelo Osakabe e Marta Watanabe De São Paulo

O texto do Projeto de Lei Complementar do arcabouço fiscal despertou reações mistas entre os economistas ouvidos pelo Valor, com elogios ao compromisso de manter as despesas dentro de limites pré-determinados, mas também críticas ao número alto de exceções contidos na proposta e a um afrouxamento nas regras para o cumprimento das metas. O cálculo da regra sobre a variação das despesas, elemento importante para a viabilização dos resultados primários esperados, também suscita dúvidas e a expectativa é de que elas sejam resolvidas na votação no Congresso.

Rodrigo Helfstein, pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (NEF/FGV), chama a atenção para o total de 13 despesas que não seguirão a variação dos limites anuais de gastos estabelecidos pela nova regra. "Me parece, a princípio, que são muitas exceções, o que pode trazer uma distorção entre gastos e receitas", comenta.

Ele pondera que também está prevista uma vedação aos bancos públicos que não poderão receber os aportes à capitalização fora do limite de gastos, o que pode ajudar o governo a equilibrar a questão. Para ele, o detalhamento das exceções foi uma das principais novidades em relação ao esboço que o Ministério da Fazenda havia divulgado anteriormente.

Já o economista da Rio Bravo Investimentos, Luca Mercadante, vê mais pontos negativos. "O uso das receitas estimadas do Ploa [Projeto de Lei Orçamentária Anual] de 2023 é talvez a maior surpresa negativa. Ainda não estava claro como seria a base para as definições da regra em 2024.

Como o orçamento feito no ano passado deve superestimar as receitas deste ano, de acordo inclusive com o relatório bimestral do governo, a base para definição de despesas será inflada para o ano que vem", analisa.

O economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, afirma que os detalhes do projeto do arcabouço fiscal

divulgados ontem possibilitam antever avanço real de 2,3% na despesa para o ano que vem. Ele afirma que o arcabouço "atende a expectativas" e ressalta o fato de que a regra para correção dos gastos descontará do cálculo receitas não recorrentes, como dividendos, concessões e royalties.

"A trajetória de primário será estabelecida pelo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do primeiro ano de cada mandato. O descumprimento do limite inferior da meta de primário implicará redução na variação do crescimento das despesas de 70% para 50% para o ano subsequente, no período 2024-2027." Bráulio Borges, economista da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), destaca que há grande debate ainda sobre o cálculo do limite de despesas. Como o texto diz que a variação acumulada do IPCA deve ser apurada no mesmo período da receita, ele defende que é preciso utilizar a variação média do indicador.

O assunto, acredita ele, deverá ser alvo debate e é importante porque define o nível de despesas para o ano que vem, colocando também em discussão a viabilidade do cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas.

Para o ano que vem a meta do governo é zerar o déficit primário, lembra Borges.

No cálculo de Borges, usando as projeções de consenso para a Receita Líquida da União entre março e junho de 2023 constantes do Prisma Fiscal, além de projeções de consenso para o IPCA e projeções próprias para receitas com concessões/permisões, royalties e dividendos, a estimativa é de que a receita recorrente nominal acumulará variação de 7,3% nos 12 meses encerrados em junho deste ano.

Segundo ele, a variação do IPCA médio de julho de 2022 a junho de 2023 deverá ser de 6% em relação aos 12 meses anteriores. Isso resulta numa alta de 1,2% da receita recorrente real nos 12 meses terminados em junho deste ano. Com isso, os 70% desse ritmo corresponderiam a um reajuste da despesa para 2024 de 0,9% acima da **inflação**, algo

acima do piso de 0,6%, de acordo com Borges.

O economista-chefe na AZ Quest e ex-secretário dos ministérios da Economia e da Fazenda entre 2018 e 2020, Alexandre Manoel, disse que o texto do projeto de lei complementar do arcabouço é um passo importante em direção a resolver a vulnerabilidade fiscal do Brasil. Ele ressaltou que é importante a decisão de quebrar o padrão histórico de crescimento das despesas do país.

Helfstein, do NEF/FGV, diz, contudo, que há grande chance de o texto ser modificado durante a tramitação no Congresso. "Acredito que vai ser muito mexido ainda, principalmente em relação a percentuais. Não tem como afirmar, mas pelas movimentações que vemos, é o que se espera." Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners, mostra menos otimismo. Ele resalta que a proposta de regra fiscal apresentada ontem pelo governo federal neutraliza dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que tornava mandatário o cumprimento das metas de resultado primário.

Para Kawall, "a regra é frouxa, se volta no tempo, a um período em que não havia a LRF". Ele destaca que há risco de que haja o aumento de gastos previstos na regra proposta, mas sem a compensação de receitas em nível relevante.

"Como não se exigirá que se faça meta mandatária, a resultante será o aumento do endividamento público", diz o ex-secretário do Tesouro Nacional.

O texto proposto de regra fiscal, diz Kawall, altera dispositivos da LRF e, como resultado, tira a obrigação de governo federal de apresentar o anexo de metas de resultado primário na Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO). Caso aprovada com o texto proposto, a nova regra deve tornar, diz o economista, facultativa a limitação de empenhos para ajustes do nível de despesas, caso se perceba que a evolução de receitas não deve propiciar o cumprimento das metas estipuladas. Hoje, pelo texto atual da LRF, esse contingenciamento é obrigatório, explica.

Caso, findo o exercício, a meta não seja cumprida, destaca, o Presidente da República deve mandar uma mensagem ao Congresso até 31 de maio com as razões de descumprimento e as medidas de correção. Pelo texto proposto, diz Kawall, o descumprimento da meta não configuraria infração à LRF. "A conclusão é que estamos voltando para um mundo pré LRF, quando se divulgava um objetivo de arrecadação e de gastos e não havia nenhum compromisso com metas." Pelas intenções do governo, diz ele, a perspectiva é de aumento "desafiador" de gastos obrigatórios à frente e a sustentabilidade da regra fiscal deverá levar

a medidas para aumento de arrecadação, como já se tem visto. Caso isso não tenha êxito, diz, o resultado será o aumento do endividamento.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523?page=1§ion=1>

Lula veta taxaço de compras de até US\$ 50 por pessoa física (Editorial)

A sonegação de **impostos** por disfarce de vendas de produtos por sites internacionais em remessas isentas entre pessoas físicas (limitadas a US\$ 50) e as hesitações das respostas dadas pelo governo mostram não só que não existem respostas simples para problemas complexos, mas também que há respostas inconvenientemente complexas, e erradas, para questões em princípio simples. Coibir a sonegação é (deveria ser) uma tarefa diária do Estado, mas eliminar a isenção de **impostos** de uma hora para outra demanda avaliação séria e comunicação clara e direta.

Não deveria haver muita confusão sobre o que fazer no caso dos sites internacionais que, supostamente, estariam envolvidos nas operações de disfarce - e que não são apenas os chineses, embora seu volume de vendas no país sejam superlativos. Identificada a irregularidade, a fiscalização deveria ser redobrada. O Ministério da Fazenda foi por outro caminho. Já que fiscalizar milhares de encomendas é um trabalho árduo, para o qual o Estado brasileiro está frequentemente desaparelhado, optou-se por taxar tudo.

Para a decisão foi levado em conta mais a conveniência do que duvidosa necessidade. O novo regime fiscal proposto pelo governo precisa de um aumento constante de receitas, já que os gastos subirão sempre acima da **inflação**. Talvez não houvesse tanta repercussão sobre o caso se agora não existisse uma oposição ampla, estridente e militante nas redes sociais. Demagogia e desinformação são as moedas correntes nesses meios e o governo se viu desconcertado pelo discurso de que estava prejudicando os pobres, quando se elegeu prometendo defendê-los. Era meia-verdade, ou seja, meia-mentira. Pesquisa da NIQ Ebit mostrou que 59% dos que fizeram compras nos sites internacionais em 2022 têm renda acima de R\$ 4.848 e que 36% fizeram aquisições de até R\$ 250 - e o restante, acima disso (Valor, ontem).

Tropeços nessas horas têm seu preço. Caiu como uma luva para a propaganda contrária nas redes a afirmação do ministro Fernando Haddad de que não conhecia a Shein, só a Amazon, onde comprava livros. A questão não era essa, mas completamente outra. Quem faz compras no Alibaba, Shein, Shopee e Wish paga imposto, ou deveria pagar. Há burlas

conhecidas, como a remessa do produto em nome de pessoa física desconhecida, que não participou da transação, provavelmente fictícia, e ousa do mesmo mecanismo com o fracionamento da entrega em compras com valor acima de US\$ 50.

O consumidor que cumpriu a lei fez sua obrigação, tanto o que recebeu remessas identificáveis de pequeno valor ou o que fez compras nos sites, recolhendo **impostos**. O que chama a atenção é a magnitude da taxaço, 60%, que em vários casos não para por aí e se soma a ICMS e outros **impostos** que chegam a dobrar o preço da mercadoria. Dois vícios moram aí. O primeiro é o protecionismo, o segundo, o incentivo à sonegação que altos **impostos** fornecem.

Os chineses se tornaram imbatíveis na venda a baixos preços de bens populares, no início, e em quase todo o resto depois, subindo na escala tecnológica da produção. O histórico fechamento da economia brasileira reduziu a competitividade da produção nacional a tal ponto que, mesmo com 60% de **impostos**, muitos produtos vindos de fora ainda são mais baratos que os feitos aqui. O "custo Brasil" limita a capacidade concorrencial das empresas locais, mas sua eliminação é morosa demais, enquanto que a muralha de **impostos** altos são furadas por oportunistas dispostos a correr riscos de burlar a legislação quando ele é favorável na relação custo-punição.

Além disso, acabar com a isenção de pequenas remessas de bens de até US\$ 50 não seria um exemplo de isonomia, quando as classes de maior renda, que viajam ao exterior, podem trazer produtos isentos até US\$ 1mil dólares, com direito a outros US\$ 1mitem compras no free-shopping também isentos.

Não faltam problemas no início do governo e o presidente Lula não quis ter mais esse. A explicação de membros do governo de que o fim da isenção não significava aumento de **impostos** foi encarada com descrédito. A decisão de Lula foi correta ao sinalizar que se deveria desde o princípio coibir fraudes, sem prejuízos ao consumidor. Isso, entretanto, não o livrará das críticas dos empresários favoráveis à medida, e dará trabalho extra ao ministro Fernando Haddad, que contava aumentar as receitas em até R\$ 8 bilhões com a taxaço abortada. Como ele resumiu: "O presidente pediu para resolver do ponto de vista administrativo:

coibir o contrabando".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523?page=1§ion=1)**

O futuro dos juros é um enigma (Artigo)



Martin Wolf é editor e principal analista de economia do Financial Times

A volta da **inflação** surpreendeu muita gente, entre as quais presidentes dos bancos centrais. O mesmo ocorreu com a decorrente alta das taxas de juros nominais. Essas surpresas trouxeram outras consigo, notadamente um minichoque sobre as práticas bancárias.

A pergunta, então, é: "O que está por vir agora?" Será que a **inflação** se reduzirá aos níveis ultrabaixos pré-covid ou se constituirá num problema duradouro, como o que ocorreu na década de 1970 e começo da de 1980? Além disso, o que acontecerá com as taxas de juros?

Como observa Stephen King, assessor do HSBC, em "We Need to Talk About Inflation", muitos revelaram excesso de autoconfiança quanto à possibilidade de volta da **inflação**. Como comenta também o autor, quando a **inflação** e, acima de tudo, as expectativas de **inflação** ficam arraigadas, torna-se muito problemático eliminá-las. Teríamos alcançado esse ponto? Ou as nossas instituições teriam credibilidade suficiente e a **inflação** ainda transitória seria suficiente para que consigamos voltar à **inflação** baixa a um custo baixo?

Na minha opinião, é mais provável que voltemos a uma **inflação** de cerca de 2% ao ano, ou talvez só um pouco mais elevada. Essa também é a previsão dos mercados: segundo a regional de Cleveland do Federal Reserve, a **inflação** prevista para os EUA é de 2,1% quase exatamente correspondente à meta.

Isso revela confiança de que a meta será alcançada. O prêmio de risco da **inflação** também é estimado em 0,5 ponto percentual, o que se harmoniza com as avaliações históricas.

Há dois argumentos (sobrepastos) segundo os quais esse pressuposto poderia se revelar excessivamente otimista. Um é que as condições de abastecimento ficaram mais inflacionárias. A desglobalização e outros choques baixaram permanentemente a elasticidade da oferta de insumos essenciais. Isso elevará os custos de manter a **inflação** em níveis baixos. O outro argumento é que a economia política para reduzir a **inflação** piorou. O público, portanto, dá menos atenção à **inflação** atualmente, em parte por não ter lembrança de um longo período de **inflação** elevada. Além disso, os governos querem baixar seu endividamento, que é atualmente muito maior do que o de 15 anos atrás, sem reduzir os déficits fiscais. Finalmente, o gênio da **inflação** saiu agora da lâmpada. A tarefa de colocá-lo de volta não será indolor.

Eu continuo pouco convencido. Naturalmente, não há uma ligação necessária entre o abastecimento e a **inflação**, uma vez que a demanda também tem importância. Desde que a demanda agregada cresça em linha com a produção potencial e que a estrutura da produção seja razoavelmente flexível, as limitações específicas são perfeitamente compatíveis com uma **inflação** total baixa. Além disso, os responsáveis pela política monetária não vão querer ser lembrados pela história como os responsáveis pela perda da estabilidade monetária. E, por último, mas não menos importante, eles sabem que será muito mais fácil esmagar a **inflação** agora do que ter de promover um novo aperto mais tarde.

Vamos pressupor que a hipótese é correta. Nesse caso, os componentes da **inflação** nas taxas de juros nominais não serão permanentemente elevados. E o que ocorrerá então com o componente real? As taxas de juros reais caíram por uma geração, antes de alcançar níveis negativos durante a pandemia. Desde então, recuperaram-se significativamente. O que acontecerá agora?

Em seu mais recente Panorama Econômico Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) responde a essa pergunta por meio da investigação da "taxa de juros natural", que é definida como "a taxa de juros real que nem estimula nem contrai a economia". É também a taxa na qual se poderia esperar que a **inflação**

permanecesse estável (na ausência de choques). A taxa natural não é diretamente observável. Mas pode ser estimada.

A principal conclusão da análise do Fundo é que "assim que o atual episódio inflacionário passar, as taxas de juros tenderão a reverter para os níveis pré-pandemia nas economias avançadas". Após os recentes choques, então, as taxas real e nominal voltarão a cair para os níveis em que se encontravam em 2019. Em especial, o órgão prevê que o efeito da continuidade do envelhecimento será modesto, como também será o efeito (oposto) do aumento da dívida pública.

Em março, dois grandes macroeconomistas, Olivier Blanchard e Lawrence Summers, discutiram essa questão em detalhes para o Peterson Institute for International Economics. Dos dois, Blanchard foi quem chegou mais perto da posição do FMI. Summers, que tinha relançado a ideia da "estagnação secular" na discussão de política econômica em 2015, mudou de ideia agora, argumentando que as taxas de juros serão significativamente mais altas do que no passado recente.

A diferença não é enorme. Blanchard argumenta que as taxas de juros reais permanecerão abaixo da taxa real de crescimento econômico, o que é crucial para a sustentabilidade da dívida. Ele não sugere que elas voltarão aos níveis negativos. Summers acha que elas serão um pouco mais altas do que a estimativa do Fed de uma taxa natural de 0,5%. Um dos motivos pelos quais as taxas de juros reais serão mais elevadas do que antes, concordam ambos, é o aumento dos investimentos na transição energética. Outro é a necessidade de ampliar os gastos com defesa. A expansão da dívida pública também poderá elevar as taxas de juros reais, embora a **inflação** esteja corroendo a dívida.

Mas os dois discordam sobre se a demanda persistente reflete ou não fatores temporários (ligados à covid) ou uma força mais durável. Eles divergem na questão de quanto a aversão ao risco manterá baixos os rendimentos dos ativos seguros. Discordam sobre se o envelhecimento elevará ainda mais as poupanças. E divergem também quanto ao provável impacto da dívida pública sobre as taxas de juros. Em todos esses aspectos, Blanchard assume posição que justifica a redução das taxas de juros naturais, enquanto a que Summers defende justifica o contrário.

Em vista disso, pressuponha que a **inflação** cairá para 2% a 3%. Considere também uma taxa de juros real de equilíbrio de 0% a 2%. Nesse caso, as taxas nominais de juros de curto prazo seriam de 2% a 5%, em vista dos prêmios de risco, as taxas de juros de

mais longo prazo seriam de 3% a 6%. No limite inferior, a sustentabilidade da dívida seria simples. No limite superior, seria um desafio. Essa faixa de variação da incerteza é grande. Mas a realidade, mesmo assim, pode ser diferente.

A volta da **inflação** mudou o mundo. A interrogação é em que grau. A essa pergunta o tempo responderá. Meu palpite é que não vai mudar de forma tão decisiva assim. (Tradução de Rachel Warszawski)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523?page=1§ion=1>

Desde que a demanda agregada cresça em linha com o produto potencial e que a estrutura da produção seja flexível, limitações específicas são compatíveis com inflação baixa. E os BCs não vão querer ser lembrados como responsáveis pela perda da estabilidade da moeda

Google e Meta apostam em IA na Ásia



Pichai, do Google, e Zuckerberg, do Facebook: empresas preparam aplicativos depois do frisson gerado pelo ChatGPT

A corrida da inteligência artificial (IA) na Ásia está esquentando, com o gigante americano de tecnologia Google e sua rival Meta, controladora do Facebook, desenvolvendo ferramentas de IA em uma batalha por influência regional em meio à disputa por aplicativos do tipo ChatGPT.

Como uma queda na publicidade reduz os ganhos dos titãs da tecnologia, as duas empresas veem a IA como um meio de reforçar os serviços para suas bases de usuários na região, com o chatbot ChatGPT, apoiado pela Microsoft, capturando a imaginação dos internautas por meio de sua capacidade de responder a perguntas abertas em uma linguagem natural.

Em particular, o Google e a Meta estão se voltando para a IA "generativa", ou sistemas capazes de responder com ideias, texto, imagens ou outras formas de mídia em resposta a solicitações humanas, para criar novos recursos em suas plataformas para os clientes que atendem na Ásia.

"Estamos muito entusiasmados com a região Ásia-Pacífico, porque é onde está a maior base de nossos usuários", disse Dan Neary, vice-presidente da Meta para a região, ao "Nikkei Asia". "Mesmo no nível da indústria, é aqui que o crescimento está acontecendo - certamente acreditamos que é daqui que o próximo bilhão de usuários virá." O fundador da Meta, Mark Zuckerberg, disse em fevereiro que sua empresa estava criando um novo "grupo de produtos de alto nível" com foco em IA generativa - reunindo equipes de toda a empresa em uma unidade para aplicar a tecnologia emergente a todas as suas ofertas, incluindo Facebook e Instagram.

No curto prazo, a unidade trabalhará na criação de

ferramentas criativas e expressivas para os usuários e, no longo prazo, o foco será o desenvolvimento das chamadas "personas de IA" que podem ajudar as pessoas de várias maneiras por meio dos aplicativos da Meta.

"Estamos fazendo alguns avanços em IA", disse Neary. "É absolutamente um princípio de onde acreditamos que o negócio está agora." A Meta pretende comercializar sua IA generativa proprietária até dezembro.

A empresa vê oportunidades de ganhos com seus investimentos em IA, permitindo maior automação para os anunciantes, facilitando a execução de campanhas e ousos dos sistemas da Meta para otimizar seu desempenho.

"Você é uma pequena empresa e gostaria de fazer um anúncio, mas realmente não sabe como desenvolvê-lo", disse Neary sobre a dificuldade que algumas empresas enfrentam com os esforços de marketing. "Você teria a capacidade de IA generativa para dizer 'dê-me um anúncio'." A publicidade é um monólito de receita para a Meta. A ênfase em dar aos anunciantes mais retorno por seus investimentos assumiu uma importância crescente à medida que a dona do Facebook enfrenta pressão nessa frente.

A empresa teve uma queda de 4,2% na receita de publicidade no quarto trimestre do ano passado, na comparação com igual período de 2022, com a receita geral durante o período caindo 4%, para US\$ 32,17 bilhões.

Até o fim de 2022, teve que demitir cerca de 11 mil funcionários que trabalhavam para seu segmento de plataformas, que inclui aplicativos como Instagram, Messenger e WhatsApp, além do Facebook, bem como seu segmento de reality labs que abrange realidade aumentada e produção relacionada à realidade virtual.

Da mesma forma, Sundar Pichai, CEO do Google e de sua controladora, a Alphabet, disse em janeiro que cerca de 12 mil cargos dentro do grupo seriam reduzidos. Para a gigante americana e sua rival, não há certezas de que seus investimentos em IA compensarão a saída de mentes criativas de seu rebanho, acreditam alguns.

"Embora a tecnologia de IA tenha o potencial de ajudar empresas como Google e Meta a aumentar suas

receitas de usuários e publicidade na Ásia, ela ainda está em andamento", diz Dan Kurtz, co-fundador da empresa de marketing baseada em IA Miss Pepper, com sede em Las Vegas.

Em fevereiro, a Alphabet registrou uma queda de 3,6% na comparação anual, para US\$ 59 bilhões, em receita gerada por publicidade do Google, incluindo seus segmentos de busca e YouTube, no quarto trimestre do ano passado.

A queda nos anúncios evidenciou os cortes feitos pelas empresas em marketing, já que um ambiente de **inflação** e taxas de juros elevadas alimenta uma postura mais conservadora nos gastos corporativos. Em meio a isso, a corrida para a IA generativa surgiu como uma maneira potencialmente mais produtiva de envolver os consumidores.

No mês passado, o Google revelou, no sudeste da Ásia, funções generativas de IA para serviços na nuvem, que serão disponibilizados aos testadores primeiro antes de serem lançados ao público.

A empresa disse que o suporte generativo de IA fornecerá inicialmente modelos básicos para gerar texto e imagens e, com o tempo, áudio e vídeo.

Além disso, as empresas que desejam criar suas próprias interfaces de bate-papo com inteligência artificial e assistentes digitais também podem usar o Generative AI App Builder do Google para ajudar na criação de suas próprias interfaces de bate-papo com conhecimento técnico limitado necessário, disse a empresa.

"Avanços na IA generativa estão mudando fundamentalmente a forma como as pessoas interagem com a tecnologia", observou Thomas Kurian, CEO do Google Cloud. "Nosso objetivo é continuar a ser ousado e responsável em nossa abordagem e fazer parceria com outros para melhorar nossos modelos de IA." Ainda assim, alguns são céticos em relação aos esforços dos dois titãs da tecnologia nessa frente. "A IA generativa [ChatGPT] foi introduzida apenas em novembro de 2022", disse Vivek Astvansh, professor assistente do Departamento de Marketing da Kelley School of Business. "Essas empresas podem estar fazendo declarações para receber sua parcela de atenção, para que os investidores não infiram que a falta de declaração significa falta de interesse."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523?page=1§ion=1>